



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**MAIO DE 1968, 40 ANOS DEPOIS: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA EM
O GLOBO E NA FOLHA DE S. PAULO**

LEONARDO FARIA CAZES

Rio de Janeiro
2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**MAIO DE 1968, 40 ANOS DEPOIS: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA EM
O GLOBO E NA FOLHA DE S. PAULO**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de Comunicação
Social, habilitação em Jornalismo.

LEONARDO FARIA CAZES

Orientador: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a monografia Maio de 1968, 40 anos depois: a construção de memória em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo*, elaborada por Leonardo Faria Cazes.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia.....//

Comissão Examinadora:

Prof. Pós-Dr. Micael Maiolino Herschmann
Pós-doutorado pela Universidad Complutense de Madrid
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. William Dias Braga
Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro
Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Rio de Janeiro

2009

CAZES, Leonardo Faria. Maio de 1968, 40 anos depois: a construção da memória em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo*. Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.

RESUMO

A presente monografia procura investigar as relações entre jornalismo e memória. Para tanto, parte-se dos pressupostos colocados por Maurice Halbwachs, de que a memória é sempre construída a partir do presente, e também aquele colocado por Michael Pollak, de que a memória está sempre em disputa por diversos grupos que interferem diretamente na sua construção. Partindo destas premissas teóricas e somando a elas os conceitos sobre os usos contemporâneos da memória tais como apresentados por Andreas Huyssen e Pierre Nora, é feita uma análise dos cadernos especiais publicados em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo* sobre os 40 anos de Maio de 1968. Por se tratar de um momento histórico crítico do século XX, o objetivo é mostrar como a memória de 1968 é disputada e reconstruída pelos veículos.

Agradeço aos meus pais, Isabella e Henrique, pela formação e os valores passados que, sem dúvida, estão refletidos nesta monografia. Agradeço ao meu irmão, Pedro, pelas críticas que sempre tiveram como objetivo tornar este trabalho melhor. Agradeço aos meus avós, Mary e Walter, pelas orações, o carinho e a torcida de toda a vida. Agradeço a todos os meus amigos, tanto da ECO quanto fora dela, pelo convívio e pela amizade. Agradeço a Maria Paula Autran, cúmplice em todos os momentos e responsável pela melhor parte deles nos últimos dois anos, e cuja companhia tornou este trabalho menos árduo e mais prazeroso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. MEMÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

2.1. Conceitos de memória

2.2. Os usos e sentidos da memória na sociedade contemporânea

3. MÍDIA, JORNALISMO E MEMÓRIA

3.1. Mídia como lugar da história/memória

3.2. Autoridade jornalística e legitimação retórica

4. OS CADERNOS ESPECIAIS SOBRE MAIO DE 1968 DE *O GLOBO* E *FOLHA DE S. PAULO*

4.1. O caderno especial de *O Globo* sobre os 40 anos de Maio de 1968

4.2 O caderno especial da *Folha de S. Paulo* sobre os 40 anos de Maio de 1968

5. ESQUECIMENTOS E SILÊNCIOS 40 ANOS DEPOIS DE MAIO DE 1968

5.1. A organização formal e construção de significados em *O Globo* e *Folha de S. Paulo*

5.2. A história lembrada em pedaços

6. CONCLUSÃO

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Introdução

A motivação inicial deste trabalho foi o questionamento sobre o papel que o jornalismo ocupa em relação à constituição da memória coletiva; de que forma a maneira como eventos passados são lembrados é atravessada pelas narrativas midiáticas; como elas agem de forma a consolidar determinada concepção do passado, normatizando, conceituando e definindo não só como lembrar, mas também o que deve ser lembrado. Este foi o ponto de partida para a investigação que resultou nesta monografia.

A escolha do objeto – Maio de 68 – se centrou na busca por um evento de impacto inegável nas sociedades ocidentais e que guardasse versões ocultadas, controvérsias, esquecimentos propositais, ou seja, que fosse um ponto potencialmente problemático em termos de memória. Afinal, grande parte dos agentes desse fato histórico está viva e alguns deles ocupam hoje posição destacada no cenário político internacional. Ao mesmo tempo, quando o atual presidente francês Nicolas Sarkozy afirma que é preciso enterrar a herança de 68 para que a França caminhe para o futuro, fica notório que esta herança é incômoda o bastante para setores dominantes da sociedade.

Assim, nada melhor do que escolher um momento que provoca tantas disputas na construção de significados para entender de que forma os meios de comunicação, e no caso deste trabalho especificamente, os jornais impressos como *O Globo* e *Folha de S. Paulo* atuam diretamente na semantização da realidade e do passado. Por isso, devemos entendê-los não como neutros, apesar de eles se auto-afirmarem assim a todo o momento, mas como indicadores de determinada visão que pretende ser hegemônica; os jornais chamaram cada vez mais para si o papel de interpretantes, e isto representa a necessidade de escolhas. O que o jornalismo acaba assumindo é muitas vezes o papel de indicador daquilo que se deve lembrar.

Para atingir o objetivo proposto acima, foi feita, na primeira parte deste trabalho, uma apresentação dos principais conceitos relativos à memória coletiva. Tomou-se como base então a obra *A Memória Coletiva* (1968), de Maurice Halbwachs, na qual o pensador francês promove toda a conceituação de memória. Halbwachs propõe uma diferenciação entre memória individual e memória coletiva: enquanto a primeira seria aquela pertencente a cada pessoa, a segunda seria a memória de todo o grupo social. No entanto, as duas são sociais e interdependentes, pois se apóiam mutuamente. Na sua

concepção, o que é lembrado, só o é porque está apoiado nas lembranças de outros também.

Para o autor, a memória coletiva constitui um sistema dentro do grupo social. Assim, como cada indivíduo participa de diversos grupos simultaneamente, sua memória individual é atravessada por todas as memórias coletivas do grupo do qual faz parte. Este elemento de ligação entre o indivíduo e o coletivo também possui um papel importantíssimo de identificação e pertencimento; quanto mais um indivíduo se afasta do grupo, menos pontos de contato haverá entre a sua memória e a memória coletiva.

Os conceitos colocados por Halbwachs correspondem a uma tradição durkheimiana, na qual a unidade era considerada um ponto central na estruturação do pensamento. Assim, o autor não deixa espaço para questionamentos sobre o caráter conflituoso da memória ou a sua disputa pelos diferentes grupos, já que isso ameaçaria o equilíbrio do sistema e era visto como uma patologia. Quem introduzirá a idéia de conflito na memória é Michael Pollak, que apontará como o silêncio, o esquecimento e a rememoração estão intimamente ligadas às disputas em torno da memória. Ao contrário de algo estanque como pensado por Halbwachs, Pollak enxerga na memória um *locus* de disputa de poder, pois é sempre construída a partir do presente, ponto em que concorda com seu antecessor.

Em seguida, a pesquisa se deteve sobre os usos da memória na contemporaneidade, tomando como referência os autores Andreas Huyssen e Pierre Nora. Ambos os autores apontam como a sociedade ocidental contemporânea se volta incessantemente para a memória como uma tentativa de ancorar o tempo que experimenta agora uma nova velocidade, onde a mudança de paradigmas ocorre em um ritmo acelerado. É neste contexto que há toda uma volta ao retrô, às efemérides (como o próprio caso aqui analisado), e o surgimento em profusão dos monumentos e os museus ganham cada vez mais importância.

Já Pierre Nora aponta como, no mundo moderno, surge a necessidade da construção de lugares de memória que servem como pontos de rememoração do passado, funcionando como instrumentos para evitar o esquecimento. Eles são tentativas de demarcar o lugar do passado quando é cada vez mais difícil afirmá-lo com exatidão e localizá-lo. Contudo, estes lugares de memória não são estanques; eles precisam ser maleáveis para permitir os mais diferentes usos de acordo com as demandas do tempo presente. O consumo destes lugares muda junto com o momento

histórico, logo é preciso que estes sejam flexíveis e permitam o maior número possível de possibilidades.

Após estas considerações, apresenta-se a discussão se a mídia seria ou não um lugar de memória. Tendo como base os argumentos apresentados por Ana Paula Goulart Ribeiro (2004), é possível afirmar que sim, a mídia é um lugar da memória e se coloca cada vez mais nesta posição. Ao assumir o discurso de testemunha da história e portavoz privilegiado, os meios de comunicação se tornam lugares de memória por construir narrativas históricas que não são neutras. Muito pelo contrário, elas estão ligadas a determinadas concepções de mundo e interesses econômicos. A mídia também passa a determinar o que deve ou não ser elevado a categoria de histórico, sendo uma espécie de julgadora universal dos fatos. E utiliza para garantir este papel sem maiores questionamentos o discurso da imparcialidade e da neutralidade, espécie de mitos fundadores da concepção de jornalismo que predomina no Brasil a partir dos anos 1950.

Este discurso que passou a funcionar como um legitimador da autoridade jornalística é um dos pontos trabalhados pela pesquisadora Barbie Zelizer. A autora mostra como o jornalismo legitima o seu lugar de fala e a sua autoridade através de suas próprias marcas discursivas, especialmente em momentos críticos ou de crise, quando a busca por respostas aumenta enormemente, já que há uma necessidade de compreender o que está acontecendo. Assim, complementando os argumentos já apresentados, Zelizer desconstrói a autoridade jornalística a partir do próprio discurso e os seus mecanismos.

Chega-se então ao estudo de caso dos cadernos especiais publicados em 2008 sobre os 40 anos de Maio de 1968 em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo*. O objetivo foi apreender em que pontos os dois cadernos se aproximam, apresentam conclusões convergentes; em que momento ambos se afastam; como as formas de edição contribuem para determinadas leituras e compreensões dos eventos; em que medida há seleção dos fatos históricos a serem abordados e como essas escolhas representam a construção de uma memória; onde se encontram os pontos de disputa entre as diferentes versões e como há uma tentativa de construir um significado único. Enfim, dividindo a análise de caso em dois capítulos, um mais descritivo e outro mais analítico, trata-se de uma investigação de como o jornalismo atua em relação à memória tendo como luz os conceitos e os argumentos que serão apresentados na primeira parte da monografia.

2. Memória e Contemporaneidade

No primeiro capítulo da presente monografia, serão apresentados os principais conceitos teóricos sobre os quais será construído este trabalho. Dividido em duas partes, primeiro serão abordados os conceitos de uma teoria da memória propriamente dita, iniciada por Maurice Halbwachs, e depois serão utilizados autores contemporâneos, como Andreas Huyssen e Pierre Nora, que se deterão mais sobre os usos feitos da memória pelas sociedades contemporâneas, o que interessa diretamente a investigação aqui apresentada.

2.1. Conceitos de memória

Neste trabalho, o conceito de memória utilizado é aquele definido por Maurice Halbwachs em sua obra *A Memória Coletiva*, de 1968, colocando-o sempre em discussão com autores mais contemporâneos como Michael Pollak e Andreas Huyssen, só para citar dois.

Halbwachs se inscreve dentro de uma tradição durkheimiana e sua concepção de memória segue essa mesma linha. Ele promove uma diferenciação entre memória individual e memória coletiva, ao mesmo tempo em que afirma a interdependência entre ambas. A memória individual seria aquela pertencente a cada pessoa enquanto a memória coletiva seria de todo o grupo social. Aprofundando a relação entre as duas categorias de memória, Halbwachs argumenta que nossas lembranças estão sempre apoiadas nas lembranças dos outros, até mesmo aquelas que só nós tivemos acesso. Sendo assim, a memória individual, longe de ser a lembrança pura dos eventos vividos pelos indivíduos, é a representação coletiva destas mesmas lembranças. Nas palavras do autor: “a partir daí compreenderemos melhor que a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas” (HALBWACHS: 1968; 61).

Para Halbwachs, as memórias de um determinado grupo formam um sistema dentro do corpo social. Cada indivíduo, no entanto, faz parte de diversos grupos simultaneamente e é atravessado pelas memórias de todos eles, o que refletirá na sua experiência em relação a sua própria memória individual.

Elas [as lembranças] formam um sistema independente, por serem lembranças de um mesmo grupo ligadas umas às outras, de alguma forma apoiadas uma sobre as outras porque esse grupo se distingue claramente de todos os outros – embora possamos estar ao mesmo tempo em todos estes e fora daquele (HALBWACHS: 1968; 38).

Em oposição ao conceito de história, que na concepção de Halbwachs “devemos entender não como uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam um quadro muito esquemático e incompleto” (HALBWACHS: 1968; 79), o autor aponta a memória coletiva como uma corrente de pensamento contínuo, ao contrário da história, que consistiria numa separação temporal entre os atores e aqueles que lêem as suas façanhas.

A memória coletiva se distingue da história por pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo (HALBWACHS: 1968; 102).

Para que haja esse sentimento de uma memória comum e de conseqüente pertencimento ao grupo, ou melhor, de pertencimento ao grupo para que seja possível uma memória coletiva, é preciso que haja um apoio entre as impressões individuais dos seus membros. Até porque, segundo o autor, a confiança nas nossas próprias recordações é sempre maior quando estas são corroboradas por outros agentes que também fazem parte do grupo. O que já aponta para uma problematização do papel dos meios de comunicação e suas políticas em relação à memória, na medida em que eles também são responsáveis por carregar e propagar as impressões de situações do passado.

Neste contexto, podemos apontar com mais clareza o lugar da memória individual em relação à memória coletiva. Já foi colocado acima que nossas lembranças pessoais são atravessadas pelas lembranças do grupo, de maneira que estas ajudam a moldar aquilo que parece, a princípio, ser tão pessoal. Da mesma forma, nossas impressões individuais são constitutivas da memória coletiva, já que elas se apóiam mutuamente. Assim, Halbwachs afirma que a memória individual é um ponto de vista dentro do grupo, e que pode mudar de acordo com a sua posição. Desta forma, é possível compreender que as memórias individuais carregam eventuais assimetrias de poder, e por conseqüência, de posição dentro do grupo. “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar

que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS: 1968; 69).

Um dos principais pontos de apoio desta inter-relação entre memória individual e memória coletiva são exatamente os depoimentos. Eles ajudam a rememorar acontecimentos do passado, pois trazem de volta a experiência. Isto ocorre porque, de certa forma, o passado individual se mistura ao passado do grupo. Para Halbwachs, lembrar só é possível se ainda fizermos parte do grupo que pertencíamos quando vivemos a experiência. Para ele, esquecer-se significa afastar-se de tal modo do grupo, que nós não conseguimos mais lembrar.

Quando dizemos que o depoimento de alguém que esteve presente ou participou de certo evento não nos fará recordar nada se não restou em nosso espírito nenhum vestígio do evento passado que tentamos evocar, não pretendemos dizer que a lembrança ou parte dela devesse subsistir em nós da mesma forma, mas somente que, como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum com relação a certos aspectos, permanecemos em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o dele (HALBWACHS: 1968; 33).

O pensamento de Halbwachs é marcado por centrar a memória como uma experiência de um determinado grupo social; tanto no seu aspecto individual, quando ela é atravessada pela memória coletiva, assim como a própria memória coletiva refletem relações existentes dentro do grupo, ao mesmo tempo em que constituem um fator de unidade e identidade. Em seu artigo “Memória e Identidade Social”, Michael Pollak faz uma importante contribuição para a compreensão da relação entre memória e identidade.

Antes de entrar nesta questão crucial para a pesquisa no campo da memória, é interessante notar o que Pollak chama de elementos constituintes da memória. Dentre desses elementos, um dos conceitos mais interessantes é o de “memória quase-herdada”. Esta categoria é fruto de um processo de socialização histórica e política dentro do próprio grupo, ocupando um papel central na articulação de versões que garantam a unidade, pois ela permite um acesso a um passado que não se viveu. Contudo, não se pode perder de vista que este acesso é mediado pelos integrantes mais antigos do grupo, que o viveram, o que implica em questões a serem problematizadas, como que acesso é este que é permitido, e que serão trabalhadas posteriormente. Nas palavras de Pollak, os elementos constitutivos da memória:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela",

ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK: 1992; 201).

Como nos ensina o autor no fragmento citado acima, existiriam três formas de elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente; aqueles que foram vividos por tabela, ou seja, que tenham atingido o grupo ou a coletividade; e a já apresentada memória quase que herdada, quando há um forte fenômeno de projeção ou de identificação com determinado evento no passado.

Além das várias categorias de acontecimento descritas, Pollak também aponta para dois fatores que, segundo ele, servem de pontos de ancoragem para a memória: personagens e lugares. Para ele, são ambos que, junto com os acontecimentos, ajudam a sedimentar a memória. No entanto, ele próprio coloca um porém: estes elementos não precisam estar fundados necessariamente em fatos concretos, pois podem se tratar da projeção de outros eventos, numa marca clara de uma certa instabilidade da memória, a partir do momento em que se assume que ela é sempre reconstruída a partir de demandas existentes no presente.

Ao chegar, enfim, na íntima relação entre memória e identidade social, é importante deixar claro que o conceito de identidade trabalhado pelo autor é o mais simples possível, considerado pelo próprio “superficial”, mas extremamente útil para o presente estudo. Sua compreensão de identidade é que ela seria a imagem construída pelos indivíduos para si e para os outros.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK; 1992; 203)

Ao funcionar como um elemento de construção da representação feita por nós mesmos tanto para o grupo quanto para si, a memória funciona como um mecanismo de

estruturação e reforço da identidade. Afinal, ao sentir a necessidade ou ter vontade de pertencer a um grupo, ele precisa criar uma imagem de si que esteja de acordo com a coletividade de tal maneira, que ele seja percebido pelos seus pares como membro; ao mesmo tempo, ele também precisa manter uma coerência identitária consigo mesmo, de forma que não se dissolva totalmente no grupo. Assim, a memória colabora em dois campos: tanto na promoção da identificação do membro com o grupo quanto da manutenção da coerência individual deste membro. “Podemos, portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK: 1992; 204).

Levando em consideração, portanto, que o processo de construção da identidade social e de suas representações sempre se dá em relação a uma alteridade, ao Outro, podemos afirmar que este processo não está livre de tensões, disputas, negociações e conflitos; os embates são inerentes a esse jogo entre indivíduo e grupo, entre se adequar a coletividade e não perder a coerência individual. Nas palavras de Pollak:

Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK: 1992; 204).

Como a memória ocupa um papel extremamente importante neste jogo de construção de identidades e sentidos dentro do grupo, ela também participa desta dinâmica ativamente. A memória está muito longe de ser estanque; pelo contrário, ela está sempre em mutação devido às demandas existentes no presente.

Este caráter problemático da memória já tinha sido contemplado de maneira sutil por Halbwachs. Contudo, a filiação do autor a uma corrente durkheimiana talvez o tenha impedido de tratar com mais rigor esta questão. Isto porque embora reconheça a importância das forças sociais na construção da memória coletiva, apontando várias vezes a força de coerção social sobre o indivíduo, o conflito entraria como um aspecto “patológico”, na medida em que tenderia a levar a uma situação estranha ao equilíbrio do corpo social. No entanto, Halbwachs deixa o conflito subentendido em determinado momento de sua obra “A Memória Coletiva”:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem os seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras partes para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Todo mundo sabe até que ponto a memória familiar pode ser fonte de conflitos entre pessoas (HALBWACHS: 1968; 39).

Percebendo a brecha deixada por Halbwachs, Pollak irá se debruçar exatamente sobre os conflitos que ocorrem durante o processo de negociação da memória. Após identificar o papel que esta ocupa na construção da identidade do grupo, o autor procura entender as políticas de rememoração, esquecimento e silêncio que perpassam toda a análise de construção da memória, o que interessa diretamente a este trabalho.

No seu artigo “Memória, esquecimento e silêncio”, Pollak começa mostrando como a filiação de Halbwachs a uma tradição durkheimiana contribui para que ele tenha uma visão positivada da memória coletiva, dando a ela uma força quase institucional. A ênfase estaria na sua colaboração para um sentimento de duração, continuidade e estabilidade do grupo, negando qualquer possibilidade de enxergar a memória como uma forma de dominação ou violência simbólica. Ela permitiria não uma coerção, mas uma adesão afetiva ao grupo por meio da identificação, num evidente reforço da coesão social (POLLAK: 1989; 3).

Com esta crítica, Pollak já deixa a entender por onde pretende caminhar. Ao contrário da visão de Halbwachs, ele não está interessado em lidar com os fatos como coisas sociais, mas sim analisar como estes fatos se tornam coisas, quem são os agentes deste processo e de que forma eles se solidificam e são dotados de duração e estabilidade. O estudo de Pollak, então, assume que há uma memória que está na superfície e outra que está nos subterrâneos; estas memórias marginalizadas seriam potencialmente destruidoras a partir do momento que se colocam em uma posição de questionamento do que foi estabelecido como oficial. E oficial aqui deve ser entendido como a versão dominante dos fatos passados, onde não só o Estado atua ativamente como também os meios de comunicação e a imprensa, objetos deste trabalho.

Em uma posição diametralmente oposta a de Halbwachs, a leitura que Pollak faz da memória a enxerga muito mais como fator de potencial instabilidade e reconhece a sua versão oficial como portadora não da “adesão afetiva”, mas sim de uma atitude coercitiva e violenta como forma de também manter as relações de poder dentro do

grupo. E as possibilidades de emergência destas versões dos subterrâneos seriam sempre maiores em momentos de revisão histórica e atualização da memória.

Colocado, portanto, o caráter conflituoso que é inerente à memória, Pollak se dedica a apontar para o que chama de “enquadramento” da memória, conceito que será largamente utilizado no presente trabalho. Antes de entrarmos no conceito de enquadramento propriamente dito, é importante reforçar um ponto já colocado anteriormente, mas que é muito significativo para um estudo de análise de reconstrução da memória: o de que a memória é sempre vista a partir do presente e responde aos seus anseios. É do presente que olhamos o passado e construímos o discurso da memória. Tanto que muitos grupos podem ter suas histórias alijadas de versões oficiais por não encontrarem no presente um contexto propício para os seus questionamentos.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um a outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente (POLLAK: 1989; 8-9).

Contudo, não se pode também entender a construção da memória a partir do presente como algo absolutamente arbitrário. Pelo contrário, a memória coletiva precisa fornecer um quadro de referências e pontos de referência, como fronteiras que delimitem o espaço do grupo. Da mesma forma, a construção não pode se dar de maneira completamente arbitrária, sem vinculação com o presente no qual é forjada, pois existem dentro do grupo certas exigências de justificação.

Assim, deve-se compreender a memória como um recorte da realidade feito no presente e que obedece a determinadas demandas de localização e justificação existentes no grupo. A memória é a todo tempo uma seleção de eventos que ocorreram no passado, que são arrumados e hierarquizados conforme as necessidades. É, portanto, um enquadramento do passado. Novamente, reforçamos que a memória coletiva não é estanque, ela é mutante, pois construída no presente, e se alimenta dos subsídios fornecidos pela própria história. Até porque o próprio grupo não aceita a manipulação pura e simples.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado não apenas pela preocupação de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de

credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (POLLAK: 1989; 9-10).

Além de estar de acordo com a lógica interna do grupo, a memória coletiva também precisa ser confirmada e reafirmada pelos discursos do próprio, sob pena de abrir espaço para a emergência de outros discursos, contestadores da versão oficial, além de colocar em risco a identificação e a coesão interna do grupo. É importante ressaltar que o esquecimento, o silêncio e a lembrança estão inseridos dentro de um contexto social de práticas e discursos muito maior. A memória, enquanto parte integrante deste sistema de significação, reflete as próprias relações de poder.

Sumarizando as principais idéias abordadas até agora, temos que: segundo Halbwachs, a memória não é meramente individual, não se trata apenas das impressões do indivíduo frente ao mundo; ela é constantemente atravessada por outros fluxos de memória, ao mesmo tempo em que necessita do apoio das impressões de outrem para ter a sua validade reconhecida. A memória ocupa, assim, um papel importante na manutenção da unidade do grupo.

Pollak, aprofundando os apontamentos de Halbwachs, argumenta que a memória, por se tratar de uma representação do próprio indivíduo para a sociedade, age fortemente na formação de um sentimento de pertencimento, pois permite que seja projetada uma identidade reconhecida pelo grupo e também garante que, mesmo enquanto membro do grupo, a personalidade individual não será dissolvida. A memória permitiria a integração ao grupo e manteria a coerência individual.

Em seguida, Pollak entra nos conflitos inerentes a própria memória, afinal, ela é a todo momento negociada pelos membros do grupo. Ele introduz a idéia de que há memórias marginalizadas, contestadoras do discurso oficial. Essas memórias aproveitariam momentos de instabilidade para emergir e buscar o seu espaço. Assim, o autor entende a rememoração, o esquecimento e o silêncio não como natural, mas sim como parte de uma dinâmica de poder dentro da sociedade, onde os discursos da memória possuem centralidade já que são responsáveis pela coesão social, não só pela adesão afetiva, mas também pelo seu poder coercitivo.

2.2. Os usos e sentidos da memória na sociedade contemporânea

Atualmente, a sociedade contemporânea se encontra em um momento de transição de paradigmas. A entrada em uma sociedade informacional, com seus fluxos

cada vez mais rápidos, que comprime o passado e o futuro em um presente que é percebido quase como contínuo, provoca instabilidade e certa sensação de inadequação. Se antes o futuro era olhado como o lugar da chegada, agora o futuro é cada vez mais misterioso e desconhecido, já que as transformações ocorrem em uma velocidade até então nunca antes experimentada. Neste contexto, a memória vem ocupando um papel crescente nas suas mais diversas formas, curiosamente no momento em que se experimenta a aceleração da história. Esta questão, aparentemente paradoxal, é que será desenvolvida aqui, tomando como base o pensamento de Andreas Huyssen e Pierre Nora. No fragmento a seguir, Nora apresenta o conceito de aceleração da história, que seria exatamente a percepção que se tem de que há uma mudança de temporalidade.

A aceleração da história: tentemos captar o significado, para além da metáfora, desta frase. Um deslizamento cada vez mais rápido do presente ao passado histórico, uma percepção geral de que tudo e qualquer coisa pode desaparecer – tudo isso indica a ruptura de um equilíbrio. Os vestígios da experiência, ainda existentes no calor da tradição, no silêncio dos costumes, na repetição do costume ancestral, foram substituídos sob a pressão de uma sensibilidade fundamentalmente histórica. A auto-consciência emerge sob o signo daquilo que acabou de acontecer, como o preenchimento de algo que está sempre por começar. Falamos tanto de memória porque dela nos resta muito pouco. (NORA: 1993; 7).

A aceleração da história decorreria da grande velocidade das mudanças e das transformações, do desaparecimento e do surgimento em profusão de referências e paradigmas, em que tudo se sucede, se substitui, provocando certo choque cognitivo. No lugar da duração que sempre marcou os períodos históricos anteriores, inclusive a própria memória, agora o que se tem é a efemeridade. O presente se torna cada vez mais passado, pois o que existe agora já foi sepultado por uma novidade de última geração, idéia esta bastante problemática; ao passo que o futuro parece escorregar e nunca chegar. No lugar da duração e da estabilidade, experimentamos, de maneira radical, a velocidade e o imprevisível. O que não nos é de forma alguma confortável.

Nosso mal-estar parece fluir de uma sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentidos estão bem equipados para lidar. Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto. (HUYSSSEN: 2000; 32).

Paralelamente a este movimento que pode parecer levar a um inexorável esquecimento, a memória está cada vez mais presente. Tanto no discurso da mídia quanto nas demandas das minorias, assim como na multiplicação de espaços como

museus e monumentos, e na forma de efemérides. Huysen aponta isto como sendo um fenômeno dos mais surpreendentes dos anos recentes. Para ele, a memória é, atualmente, uma das preocupações políticas e culturais centrais nas sociedades ocidentais; este fenômeno se caracterizaria por uma volta ao passado, um sentido oposto ao tomado nas primeiras décadas da modernidade do século XX. Se antes a cultura modernista refletia certo futuro presente, a partir da década de 1980 observa-se uma volta ao passado, o que ocorre exatamente quando as tecnologias começam a desempenhar um papel cada vez mais importante no cotidiano, e que será radicalmente acelerado nas décadas posteriores. Assim, quanto mais perdemos a noção clara de passado, presente e futuro, mais criamos âncoras para nos prender ao passado, como se fosse necessário afirmar permanentemente o lugar de onde viemos, prendendo o tempo e a memória.

Algo mais deve estar em causa, algo que produz o desejo de privilegiar o passado e que nos faz responder tão favoravelmente aos mercados da memória: este algo, eu sugeriria, é uma lenta, mas palpável transformação da temporalidade nas nossas vidas, provocada pela complexa interseção de mudança tecnológica, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global (HUYSSSEN: 2000; 25).

Esta sociedade que parece precisar se lembrar a todo o momento é a mesma que cada vez mais se musealiza; seja através da restauração historicizante dos centros urbanos, cidades-museu, das modas retrô que trazem o passado para o presente na forma de vestir e de agir, da comercialização em massa da nostalgia, observável principalmente através da grande quantidade de conjuntos que se propõem a fazer *flashbacks* de grandes sucessos dos anos 60, 70, 80, 90 e até 2000, já que a velocidade com que um modismo ou um *hit* sobrepôs o outro vem em uma crescente constante. E o que dizer das ferramentas de mídia, cada vez mais popularizadas, que faz com que as pessoas transformem a própria vida em um museu, com registros em vídeo e fotos de todas as etapas, desde a infância até a terceira-idade. Aparentemente, quanto mais se caminha para uma aceleração da experiência temporal, que é acompanhada também por uma reordenação na noção espacial, mais formas, mídias e meios nos quais é possível uma eternidade são criados.

Com frequência crescente, os críticos acusam a própria cultura da memória contemporânea de amnésia, apatia ou embotamento. Eles destacam sua incapacidade e falta de vontade de lembrar, lamentando a perda de consciência histórica. A acusação de amnésia é feita invariavelmente através de uma crítica à mídia, a despeito do fato de que é precisamente esta – desde a imprensa e a

televisão até os CD-Roms e a Internet – que faz a memória ficar cada vez mais disponível para nós a cada dia. (HUYSSSEN: 2000; 18).

Toda esta cultura da memória, no entanto, se encontra em um paradoxo, pois as diferentes mídias são criadas como forma de evitar o esquecimento, o maior temor da sociedade contemporânea. Daí a multiplicação de plataformas como HD's, pen drives, arquivos virtuais, onde você pode guardar aquilo que lhe é interessante, cartões de memória e tantos outros. Ou seja, por medo de não lembrar foram criadas plataformas para guardar tudo, mas ao mesmo tempo sofre-se com a incerteza em relação a sua segurança, já que, a princípio, todos afirmam que não há perigo, mas ninguém assume a responsabilidade.

Quanto mais nos pedem para lembrar, no rastro da explosão da informação e da comercialização da memória, mais nos sentimos no perigo do esquecimento e mais forte é a necessidade de esquecer. Um ponto em questão é a distinção entre passados usáveis e dados disponíveis. A minha hipótese aqui é que nós tentamos combater este medo e o perigo do esquecimento com estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada (HUYSSSEN: 2000; 20).

Assim, ficamos quase afogados nesta necessidade arquivística exatamente porque não se sabe o que será preciso no futuro, cada vez mais misterioso. Entra-se aí em uma conceituação estabelecida por Pierre Nora no que diz respeito às formas de memória contemporâneas, essencial para a compreensão dos “lugares de memória”. Estes seriam locais da história que foram investidos de uma vontade de lembrar, de evitar o esquecimento.

Esta atitude de preservação em relação a todo e qualquer vestígio do passado seria uma característica da própria memória moderna. Segundo Nora, como a memória não é experimentada mais internamente, surge esta demanda de preservação do presente e do passado devido ao medo do desaparecimento. O mais simples vestígio ganharia a dignidade do memorável. Assim, torna-se preciso a construção de arquivos, bancos de dados, centros de documentação e uma série de aparatos, dispositivos e instituições que sejam responsáveis pela guarda e pela segurança daquilo que foi sacralizado; se no período clássico, os principais arquivos vinham das grandes famílias, da Igreja e do Estado, agora a produção foi descentralizada, democratizada e multiplicada (NORA: 1993; 13). Esta seria a época da memória-arquivo. Nas palavras de Andreas Huyssen: “Na há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis neste processo” (HUYSSSEN: 2000; 15).

Além da memória-arquivo, Nora apresenta outras duas categorias de memória complementares a ela. A memória-dever decorre exatamente de um processo de internalização da memória, quando esta deixa de ser uma prática social. Haveria assim uma psicologização total da memória contemporânea que faz com que os próprios indivíduos se sintam na obrigação de lembrar para garantir a sua identidade. Para Nora, quanto menos a memória é experimentada coletivamente, mais ela precisa de indivíduos que se lembrem e se tornem portadores dela.

A atomização de uma memória geral em outra, particular, deu à obrigação de lembrar um poder de coerção interna. Ela dá a todo o mundo a necessidade de lembrar e de proteger os ornamentos da identidade; quando a memória não está mais em todo lugar, não estará em lugar nenhum a não ser que alguém tome a responsabilidade de recapturá-la através de meios individuais. (NORA: 1993; 15).

Para completar a metamorfose da memória, que, segundo Nora, partiu de uma experiência coletiva enquanto prática social nas sociedades arcaicas para uma forte historicização e individualização nas sociedades contemporâneas, principalmente após a revolução industrial, a formação de uma cultura e de um consumo de massas que esfacelou a organização tradicional dos grupos, e que culminou nas formas da memória-arquivo e da memória-dever, chega-se à memória-distância. Ela viria de iluminação das descontinuidades do passado, ao contrário da tradicional continuidade retrospectiva. Na Antiguidade, tinha-se a certeza da possibilidade de rememorar o passado porque o próprio presente era, de certa forma, o passado reciclado, pois predominava uma percepção cíclica do tempo; na modernidade, a continuidade também é experimentada na forma da inteligibilidade histórica do progresso e da decadência, na medida em que se conhece a origem e a que se deve a existência.

De acordo com Nora, foi esta relação de continuidade que se rompeu no presente atual, pois o futuro, antes previsível e manipulável, tornou-se invisível; o passado, antes sólido e bem estabelecido, fragmentou-se nas várias histórias particulares dos grupos, cada um tentando encontrar o seu lugar e conquistar o reconhecimento, como no caso das minorias. Assim, a experiência da memória agiria na descontinuidade da história, e não mais a história garantiria a continuidade da memória. Agora, a questão não é reviver o passado, mas sim representá-lo de acordo com as demandas do presente. Se o passado precisa ser representado, o que já trás de volta a questão do enquadramento colocado por Pollak, é preciso a constituição de lugares de memória, ou melhor de lugares de história que podem, ou não, serem transformados em lugares de memória.

Mais uma vez, observa-se que se agarrar ao passado é uma tentativa de encontrar sentido para o presente.

Como podemos ver nosso gosto pelo cotidiano de épocas passadas senão como a busca de uma reserva dos únicos meios que nos restam de restaurar o sabor das coisas, os ritmos lentos dos tempos antigos – e nas biografias anônimas de pessoas comuns a compreensão de que as massas não se permitem ser tomadas como uma massa? (NORA: 1993; 16).

Os lugares de memória são, talvez, uma das experiências mais bem acabadas desta cultura da memória da qual falou Huyssen, desta necessidade insaciável de lembrar o passado. A criação dos grandes arquivos, tal como abordou Nora, dos museus, dos centros de documentação, todos estes se tornando lugares quase sagrados, já que há certa devoção em relação ao memorável. Os lugares de memória são mais uma das tentativas da sociedade contemporânea de segurar o tempo, demarcar fisicamente que houve passado e que nele está a origem, em um momento em que a experiência do tempo passa por uma transformação radical, e aparentemente definitiva, mesmo esta sendo uma questão em aberto, o que torna ainda mais angustiante a espera do futuro.

Museus, arquivos, cemitérios, festivais, aniversários, tratados, exposições, monumentos, santuários, associações são os marcos de uma outra época; são ilusões de eternidade. É a dimensão nostálgica destas instituições devocionais que as faz parecer distantes e frias – elas marcamos rituais de uma sociedade sem ritual; particularidades integrais numa sociedade que nivela a particularidade; signos de uma distinção e do pertencimento a um grupo numa sociedade que tende a reconhecer os indivíduos apenas como idênticos e iguais. (NORA: 1993; 12).

Como ensina Nora, estes lugares de memória, enquanto vestígios do passado, são ilusões de eternidade em uma época que valoriza o futuro em detrimento do passado. É daí que vem também a sua dimensão nostálgica, pois busca resgatar um tempo que não existe mais, embora a sua própria existência seja uma tentativa de afirmar o contrário. Estas instituições marcam rituais de uma sociedade sem rituais, símbolos de pertencimento ao grupo; são como falsas ligações com o passado, criadas na tentativa de “atrasar” a chegada do futuro, o que se torna muito mais complexo quando os próprios tempos parecem comprimidos.

O autor coloca uma questão muito importante sobre os lugares de memória. Estes seriam, a princípio, lugares de história, de registro do passado, no caso dos monumentos, e de pesquisa e coleta de dados, no caso dos centros de documentação. O que os torna lugares de memória é exatamente o uso que é feito deles, como eles são consumidos culturalmente pela sociedade na qual estão inseridos. Tanto que nas

palavras de Nora: “sem a intenção de lembrar, os lugares de memória seriam indistinguíveis dos lugares da história” (NORA: 1993; 18).

Na conceituação do autor são apontadas três características principais dos lugares de memória: “os lugares de memória são simples e ambíguos, naturais e artificiais, de uma só vez imediatamente disponíveis à experiência sensual concreta e suscetíveis à mais abstrata elaboração. Sem dúvida, eles são lugares nos três sentidos da palavra – material, simbólico e funcional” (NORA: 1993; 17). Sendo assim, os usos assumem um caráter fundamental, posto que um arquivo, por exemplo, para se tornar um lugar de memória, precisa ser investido de uma aura simbólica; um objeto qualquer se torna um lugar de memória se estiver inserido dentro de um contexto ritualístico, no qual ganha uma carga simbólica que confere um sentido diferente do previsto pela sua funcionalidade.

Por se tratar de uma questão onde o consumo ocupa um papel central na compreensão e na percepção do objeto, o próprio lugar de memória não pode ser estanque em relação às suas possibilidades de significação. Afinal, o consumo não é o mesmo ao longo do tempo e o propósito pelo qual foi construído pode se modificar também. Estas observações os tornam bastante problemáticos, pois se assume que o presente reconstrói o passado de acordo com as suas demandas, tal como tinha colocado Pollak. Sobre esta capacidade de metamorfose da memória, Nora aponta:

Pois se aceitamos que o maior propósito do lugar de memória é parar o tempo, bloquear o ato de esquecer, estabelecer um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial – como se o ouro fosse a única memória do dinheiro – tudo isso para capturar o máximo de significado como menor número de signos possível, deve ficar claro também que os lugares de memória apenas existem por causa de sua capacidade de metamorfose, de uma reciclagem incessante de seu significado e de uma imprevisível proliferação de suas ramificações. (NORA: 1993; 18).

Assim, os lugares de memória são dotados de um paradoxo constitutivo: ao mesmo tempo em que servem como âncoras do passado no futuro, tendo todas as marcas estáticas de um monumento, eles precisam se atualizar porque a leitura que é feita do próprio passado também vai se atualizando. Assim, os lugares de memória possuem uma significação aberta a reconstruções que, vale lembrar, estão inseridas dentro de uma relação de poder e estão diretamente ligadas a um contexto de disputa de vozes pelo espaço e o direito de emergir e defender uma revisão daquilo que é tratado como história.

A questão que se coloca agora pertinente ao presente trabalho é se a mídia constitui, ou não, um lugar de memória, e qual o seu papel neste jogo de tensões, silêncios e esquecimentos; de que forma ela participa dotando de significado determinados momentos, períodos e lugares em detrimento de outros. Como os discursos jornalísticos se relacionam com a memória e de que forma interagem com ela, deformando-a, adequando-a, subordinando-a e utilizando-a. Isto é o que se propõe o próximo capítulo.

3. Mídia, jornalismo e memória

No capítulo anterior apresentamos os principais conceitos que usaremos ao longo deste trabalho em relação à memória, referindo-nos a autores como Maurice Halbwachs, Andreas Huyssen, Michael Pollak e Pierre Nora. Já neste capítulo, abordaremos as relações entre mídia, jornalismo e o processo de construção da memória, tomando como referências teóricas Ana Paula Goulart Ribeiro e Barbie Zelizer. O importante aqui é entender os mecanismos pelos quais o jornalismo passou a ocupar um espaço de destaque na questão da memória, assim como passou a dedicar muito mais espaço a ela nas suas publicações. O que interessa diretamente ao presente trabalho.

3.1. Mídia como lugar da história/memória

Para tentar responder a questão colocada no final do último capítulo, sobre se a mídia seria também um lugar da história/memória, será utilizado como base o artigo “Mídia e o lugar da história” (2003), da Professora Ana Paula Goulart Ribeiro. A partir dele, procurar-se-á compreender quando, como e de que forma a imprensa passou a ocupar um papel privilegiado antes ocupado pelos historiadores, o papel de elevar um fato a categoria de histórico. Pois é nesta inflexão que a mídia se afirmará como um lugar da história, propiciando diversas problemáticas que são de interesse direto do presente trabalho e irão colaborar de forma substancial com a análise dos cadernos publicados quando dos 40 anos de Maio de 1968.

Primeiramente, faz-se necessário uma pequena digressão temporal para que seja possível entender o próprio conceito de fato histórico.

Na sua argumentação, a autora defende que um fato histórico pode ser qualquer fato: seja um acontecimento particular, singular, processos, instituições, produtos culturais, crenças, etc. A princípio, qualquer manifestação da vida social pode ser elevada a categoria de histórico. Sendo assim, esta não é intrínseca ao acontecimento; pelo contrário, este só pode ser alçado a esta categoria por estabelecer relações com outros eventos que o precederam, e onde seja possível encontrar uma espécie denexo causal entre eles. Ou seja, um fato só pode se tornar histórico se enxergado dentro de um contexto maior. Da mesma forma, esta relação existente entre os fatos não é dada;

ela é construída na medida em que os fatos vão ganhando um sentido, sempre exterior a eles. Como nos ensina Ribeiro:

Não existe fato histórico “bruto”. Ele é sempre produto de algum tipo de elaboração teórica, que o promove à categoria de histórico. Pressupõe um sistema de referência e uma teoria, nos quadros dos quais operam-se a seleção e a valorização dos acontecimentos e processos. Selecionar relacionar e valorizar são operações de construção de sentido, impossíveis sem a intervenção dos sujeitos – no caso da ciência histórica, os historiadores (RIBEIRO: 2003; 107).

Assim, compreendemos que a elevação de um fato à categoria de histórico está diretamente relacionada às referências sociais, políticas, econômicas e teóricas nas quais ele está inserido, pois são elas que determinarão a forma como ele será apreendido e interpretado. “Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, a partir do qual se instaura um método, se precisa uma tipologia de interesses, se fazem indagações aos documentos, se define, enfim, o que é ou não histórico” (RIBEIRO: 2003; 109). Pode-se aplicar a mesma conceituação para uma análise dos próprios veículos de comunicação, pois as operações feitas são semelhantes, e será importante notar mais a frente como esta semelhança colaborou na transição do papel ocupado pelo historiador para o jornalista.

Antes, no entanto, é preciso fazer algumas considerações sobre a idéia de passado e presente, assim como do tempo social tal como definido por Fernand Braudel. É preciso desnaturalizar alguns conceitos que costumam ser dados como absolutos. A própria idéia de passado já traz consigo uma questão, colocada por Ribeiro: o que é passado? Para ela, o passado seria uma forma de representar a alteridade, algo que, entendido sempre a partir do presente, já não é mais. Assim, outro problema se impõe: de qual passado se fala? De séculos atrás, de décadas atrás, de semanas atrás ou de algumas horas atrás? Afinal, todos eles são passados (RIBEIRO: 2003; 110).

Esta dificuldade em encontrar uma distinção exata entre o tempo passado e o presente vem, especialmente, da própria dificuldade de definir o que é presente.

O presente é definido, pela operação histórica (e pela consciência comum), como *atualidade*. Esta só toma forma- presentificando uma situação vivida – quando se distingue de seu outro (o passado) em relação ao qual marca uma certa distância, não meramente cronológica. E o que possibilita isso é a noção de *mudança*, de transformação (RIBEIRO: 2003; 111).

Desta maneira, o presente não se limita à apenas um instante; ele é constantemente atualizado em relação ao passado, atualizando-o também. Na medida em que o tempo presente vai se deslocando enquanto atualidade, ele também desloca o

tempo passado, pois este é definido sempre em relação aquele. Paralelamente, este deslocamento não é somente cronológico; ele também se refere às transformações e mudanças que colocam uma distância entre dois pontos. Daí a importância de se compreender as formas de perceber e atribuir significados à mudança, pois é isto que determina o modo de percepção da temporalidade. O que um grupo enxerga como ruptura, outro pode entender como evolução e um terceiro continuidade. A relação passado-presente-futuro não é dada; é construída a partir de um ponto de vista, presente.

Braudel contribui decisivamente para esta compreensão da heterogeneidade do tempo histórico. Ele vê três níveis diferentes: o da longa, o da média e o da curta duração. O primeiro seria o tempo das estruturas; o segundo seria da história social dos grupos; e o terceiro seria o da história ocorrencial, dos eventos. Esta visão da multiplicidade de ritmos de temporalidade corrobora a idéia apresentada acima de que o tempo é uma forma de existência das coisas (RIBEIRO: 2003; 112). Sendo concebido dessa forma enquanto tempo social, é permitido, então, ordenar as ações passadas e presentes, colocando-as em relação. E esta é exatamente a substância da memória, pois a temporalidade funciona como o ponto de referência que estrutura a memória individual e a insere na memória coletiva. “O passado é a referência comum que mantém a coesão interna dos grupos, permitindo a formação de quadros de representação simbólica que lhes permitem significar o presente, a atualidade” (RIBEIRO: 2003; 112).

Por estar intimamente ligada com as representações coletivas, a memória social sempre foi objeto de disputa, característica que é sua constitutiva, como já foi dito no capítulo anterior. E a história sempre ocupou um papel-chave na formalização de uma memória oficial. A História, ela mesma um processo de seleção do que deve ser guardado, funcionou como uma legitimadora de uma certa memória coletiva. Até porque, durante muitos séculos, os lugares onde se produziam as narrativas orbitavam em torno do poder, como a Igreja, por exemplo. No entanto, esta importância não decorre apenas da proximidade com as esferas dominantes; este lugar privilegiado foi ocupado durante tanto tempo principalmente devido a capacidade do discurso da história de dotar de significado as ações e as transformações da sociedade (RIBEIRO: 2003; 114). Como principal fonte de interpretação e de conhecimento da realidade, a História se manteve em posição de destaque, até a forte chegada das tecnologias de comunicação no contexto das sociedades industriais.

A História foi perdendo espaço enquanto principal fonte de significação da realidade social a partir do momento em que os meios de comunicação se tornaram *locus* da constituição das representações sociais. Para a autora, a mídia é, hoje, o principal lugar de memória e/ou história das sociedades contemporâneas.

Se os fatos históricos sempre resultaram dos investimentos semiológicos realizados pela ciência histórica, nas sociedades contemporâneas isso mudou, pois a produção de significado das transformações do social, realiza-se, hoje, principalmente, através das operações lingüísticas e translingüísticas da mídia, sobretudo no âmbito do discurso jornalístico.

Os meios de comunicação, neste século, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos como verdadeiros pelo consenso da sociedade. A História passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa, que detêm o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância (RIBEIRO: 2003; 115).

Assim, o discurso jornalístico se tornou a nova fonte de interpretação dos fatos, aparecendo e se apresentando como aquilo que eles realmente são. Isso só é possível devido a sua posição institucional e a aceitação da sociedade em relação a este papel. Da mesma forma, a introdução das idéias de neutralidade e imparcialidade como inerentes à rotina de produção da notícia, que não passam de verdadeiros mitos profissionais, junto com o conceito de jornalismo informativo, foram vitais para que a imprensa legitimasse o seu papel. Ao fortalecimento desses três valores profissionais é preciso somar a noção de objetividade, que funciona como um verdadeiro fundamento. Todo este movimento chegou ao Brasil na década de 1950, através das reformas editoriais, quando o jornalismo do país tomou como modelo aquele feito nos Estados Unidos.

É interessante notar que as reformas editoriais acompanham o surgimento e o desenvolvimento dos grandes conglomerados jornalísticos. No momento em que se vivia a industrialização do jornalismo, era preciso padronizar os modos de produção das notícias e, em última instância, os próprios textos. Daí o surgimento dos manuais de redação que tinham como objetivo uniformizar o modo de produção e apresentação da informação, inserindo, definitivamente, o jornalismo em um modelo industrial. Como a produção em série era o objetivo final, a normatização era necessária. E esta foi baseada no “espírito científico”, retirando dos textos toda e qualquer marca de subjetividade, fazendo reinar a impessoalidade; o jornalismo noticioso substituía, então, qualquer traço emotivo ou participante por parte do repórter. A própria criação dos cargos de *copy-*

desks funcionava como um talhador da subjetividade alheia. O jornalismo procurava se afirmar como o “espelho” da realidade.

O fato jornalístico passou a se assemelhar cada vez mais com o fato histórico, tal como proposto pela historiografia positivista. Os acontecimentos do mundo real já emergiriam como notícia e o jornalista seria apenas um mediador desinteressado, quase uma ponte entre o acontecimento/notícia e o leitor. O acontecimento teria, por sua vez, como característica principal a unicidade, o que dispensaria qualquer tipo de construção. Esta concepção de acontecimento e do papel do jornalista ficou ainda mais forte com a própria idéia de objetividade, um mito que funciona como agente legitimador da posição ocupada pelo profissional da imprensa:

O mito da objetividade, por mais que já tenha sido exaustivamente criticado pelos próprios jornalistas e pelos teóricos da comunicação, é um dos grandes responsáveis pela acolhida que o jornalismo tem. Ainda hoje, o seu discurso se reveste de uma *aura de fidelidade aos fatos* que nos leva a acreditar que o que “deu no jornal” é a verdade. Além disso, por mais que os estudiosos provem a não-objetividade jornalística, nunca poderão negar a sua *ancoragem factual* (RIBEIRO: 2003; 117).

Mesmo esta ancoragem factual se mostra problemática, uma vez que quase nunca é possível estar nos lugares onde ocorrerão os fatos para garantir a veracidade dos mesmos. Assim, o jornalismo se baseia na sua própria credibilidade para garantir o seu lugar privilegiado, o que implica em uma não deformação ou mentira em relação aos fatos; o que há é um determinado enquadramento, um ponto de vista que se reflete na maneira como eles são contados. Soma-se a esta credibilidade conquistada pela “fidelidade” aos fatos, a objetividade já citada, o que deixa a imprensa com um papel privilegiado nas sociedades contemporâneas.

Hoje a mídia disputa com o lugar que antes estava consagrado a História: o lugar de principal fonte de semantização da realidade, dos acontecimentos. Isto faz com que o próprio jornalismo exerça um papel importante na produção de uma idéia de história, pois além de indicar os eventos memoráveis, ele também se afirma como um dos principais registros objetivos de seu tempo, configurando-se como objeto de estudo histórico. A mídia retrata as transformações da sociedade e ao mesmo tempo registra para o futuro, torna-se arquivo, quase testemunha.

A mídia é elevada, assim, ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social, o que lhe conferem enquanto registro da realidade, uma certa “aura”. O jornalismo não só retrata a realidade e as suas transformações, mas também as registra e as deixa como legado para às

sociedades futuras. A mídia é a *testemunha ocular da história*. (RIBEIRO: 2003;118).

Pode-se então afirmar, com base em Ribeiro, que o jornalismo atua em duas frentes em relação à significação dos acontecimentos: de um lado articula o homem e a atualidade, o seu presente, e as transformações sociais. Em outra, ele atua na relação deste homem com o passado, o que irá afetar diretamente a relação desse homem com a memória. Esta função de articular o homem com o seu passado não é indiferente aos veículos de comunicação e os produtores de notícia; eles têm consciência da sua importância no processo, o que torna os jornais um interessante objeto de estudo para identificar as disputas existentes em torno da memória.

Assim, não se deve cair no risco de um maniqueísmo como mídia burguesa é igual a manipulação da verdade. Pelo contrário, o mais importante é compreender através de quais mecanismos discursivos a imprensa como um todo formata uma certa concepção ideológica. Para isso, é vital que se entenda “as operações discursivas através das quais o jornalismo atribui sentido aos fatos da atualidade” (RIBEIRO; 2003:120), e, da mesma forma, entender “como os meios de comunicação produzem uma idéia de história e como, no mesmo processo, constroem-se e legitimam-se como lugar social” (RIBEIRO: 2003; 121).

3.2. Autoridade jornalística e legitimação retórica

Como mostra a argumentação de Ribeiro, apresentada anteriormente, o jornalista consegue ocupar um espaço antes pertencente aos historiadores através de todo um sistema de legitimação baseado em mitos como a isenção, a imparcialidade e a objetividade. A chegada destes ideais ao Brasil coincidiu com o surgimento dos grandes conglomerados de mídia, eles mesmos atravessados por interesses diversos do direito à informação. Mesmo assim, era preciso dar uma roupagem profissional para que a imprensa ficasse blindada contra críticas e eventuais desconfiças. Afinal, a mídia seria a “testemunha ocular da história”, uma mera mediadora entre o acontecimento, já compreendido como notícia, e o público.

Neste momento, procurar-se-á compreender de forma mais a fundo a força da autoridade jornalística, a forma como ela se constrói e confere aos jornalistas um poder de verdade sobre os relatos, essencial para que eles mantenham o seu papel de

“historiadores do presente”, já que, como foi visto, há a consciência de que o trabalho atual é também um legado para as futuras gerações, que poderão encontrar nos jornais de tempos passados, a verdade dos fatos.

Para alcançar tal objetivo, será utilizada a obra *Cobrindo o Corpo: o Assassinato de Kennedy, a Mídia e a Construção da Memória*¹, da Professora Barbie Zelizer, publicado em 1992. Neste trabalho, a pesquisadora se propõe a estudar de que forma os jornalistas legitimam a sua posição de porta-vozes preferenciais da história, como eles formam uma comunidade de intérpretes da realidade, operando uma memória coletiva própria. Para o presente trabalho, trata-se de uma forma importante de compreender quais são os mecanismos que os jornalistas se utilizam para assegurar à mídia o seu poder enquanto um lugar de história/memória.

Na obra já mencionada, Zelizer faz uma extensa análise do comportamento da imprensa americana quando da morte do então presidente John F. Kennedy e nos anos e décadas posteriores. Sua análise procura entender as mudanças que houve na narrativa ao longo do tempo de forma que a cobertura do assassinato, um ponto crítico na história da imprensa americana, não fosse colocada em xeque. Para a autora, os pontos críticos na história nacional também o são para a própria legitimação dos jornalistas:

Quando empregado discursivamente, o termo refere-se a incidentes críticos como aqueles momentos por meio do qual as pessoas de desafiam e negociam os seus próprios padrões de ação. Nesta perspectiva, memórias coletivas são pivôs das discussões sobre algum tipo de incidente crítico. Para os jornalistas, incidentes críticos surgem como uma possibilidade de manutenção do bem-estar da comunidade jornalística. Incidentes críticos tendem a valorizar a importância do discurso e da narrativa na formação da comunidade ao longo do tempo² (ZELIZER: 1992; 4).

Contudo, Zelizer não se restringe ao caso específico de seu objeto, propondo uma compreensão geral da autoridade jornalística. Seu argumento principal é que os jornalistas se legitimam na própria prática profissional; eles se legitimam nos próprios discursos que produzem quando pretendem informar o público. Para se entender a proposta da autora, faz-se necessária algumas considerações sobre alguns conceitos que

¹ Título original: *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Tradução feita pelo autor. “Covering the body” era como os jornalistas chamavam a cobertura feita das atividades do Presidente John F. Kennedy.

² No original: “When employed discursively, the term *critical incidents* refers to those moments by means of which people air, challenge, and negotiate their own Standards of action. In this view, collective memories pivot on discussions of some kind of critical incident. For journalists, critical incidents suggest a way of attending to moments that are important to be continued well-being of the journalistic community. Critical incidents uphold the importance of discourse and narrative in shaping the community over time”. Tradução do autor.

aparecem em seu texto, como a concepção de que os jornalistas formam uma espécie de comunidade interpretante.

Esta comunidade de intérpretes ou comunidade interpretante poderia ser percebida através da própria maneira de se contar a notícia. Afinal, o que há é uma padronização muito grande dos relatos; eles pouco diferem de um veículo para outro, pois é como se houvesse um acordo, ou melhor, um entendimento sobre como deve ser feita a cobertura de determinado evento. Este suposto senso comum profissional já reflete a força de uma memória coletiva atuante sobre o grupo. Não à toa são os jornalistas que tornam as suas próprias experiências em narrativas constitutivas do grupo. Assim, elas corroborariam a *práxis* daquilo que é tomado como senso comum. “Esses padrões de usados para recontar os fatos sugerem que os jornalistas funcionam como uma comunidade interpretativa, um grupo que se legitima através de suas narrativas e memórias coletivas”³ (ZELIZER: 1992; 9).

Outro fator que demarcaria a própria comunidade do grupo seria a sua autoridade. Explica-se melhor: a autora compreende os atos de autoridade como uma fonte de conhecimento codificado pelo grupo que determina padrões de conduta, ou seja, a forma como o trabalho deve ser feito. Desta maneira, cria-se uma identidade entre os jornalistas, já que eles comungam de certa autoridade profissional e paralelamente agem de forma a garantir esta mesma autoridade. Como consequência, eles passam a se enxergar como uma comunidade, unida e identificada pela autoridade que lhe é concedida.

Autoridade, assim, torna-se uma construção da comunidade, funcionando como o elemento que a mantém unida. Este livro adota esse ponto de vista da autoridade cultural para explorar como - e porque - grupos de jornalistas têm interesse em apresentar sua própria versão dos acontecimentos públicos. Em outras palavras, a autoridade é importante não apenas por seus efeitos sobre os públicos, mas também por seus efeitos sobre os comunicadores. A autoridade cultural ajuda os jornalistas a usarem as suas interpretações de eventos públicos para se moldarem como comunidades de autoridade. Isto é particularmente relevante quando assim muitos grupos - jornalistas, políticos, historiadores - utilizam construções da realidade para moldar os eventos externos de determinadas formas⁴ (ZELIZER: 1992; 2-3).

³ No original: “These patterns of retelling suggest that journalists function as an interpretive community, a group that authenticates itself through its narratives and collective memories”. Tradução do autor.

⁴ No original: “Authority thereby becomes a construct of community, functioning as the stuff that keeps communities together. This book adopts such a view of cultural authority to explore how - and why - groups like journalists would be interested in putting forward their own version of public events. In other words, authority is important not only for its effect on publics but also for its effects on communicators. Cultural authority helps journalists use their interpretations of public events to shape themselves into authoritative communities. This is particularly relevant when so many groups - journalists, politicians, historians - use constructions of reality to mold external events into preferred forms”. Tradução do autor.

Algumas tentativas já foram feitas para entender a autoridade jornalística. A autora cita três: no primeiro, a autoridade é apontada como indutora da compreensão do público, e ela poderia ser medida através da relação entre o que os jornalistas falam e aquilo que é aceito pelo público. Seria uma espécie de índice de confiança, através do qual quanto maior fosse a cumplicidade entre os dois agentes, mais seria a autoridade da mídia. Já a segunda interpretação enxerga a autoridade jornalística como parte de uma série de estratégias na disputa pelo poder por parte das corporações midiáticas. A terceira vê a autoridade jornalística como uma construção social. A ênfase é dada mais na forma como as notícias são construídas e de que forma são influenciadas por fatores políticos e econômicos externos a elas, como o interesse dos próprios conglomerados. Assim, a autoridade jornalística seria um conjunto de valores que estaria inserido em um contexto de poder e dominação.

A autoridade jornalística tem sido alternadamente vista como um efeito sobre o público, sobre os jornalismo, ou relativas a amplos sistemas socioculturais. A primeira visão da autoridade jornalística como uma correlação entre “o que os jornalistas dizem” e “o que o público acreditar”, com a autoridade jornalística – ou “credibilidade” - tornando-se uma crença de indução das audiências. A segunda visão, que domina em estudos organizacionais, se refere a autoridade jornalística como um conjunto de estratégias, através das quais os participantes competem por poder dentro de organizações de notícias. (...) A última visão vê a autoridade jornalística como uma construção social a fim de resolver grandes questões socioculturais de poder e dominação. A autoridade é entendida como um marcador do poder por trás da construção das notícias e a ênfase é dada na cooptação do discurso das notícias por interesses políticos e econômicos externos⁵ (ZELIZER; 1992; 6).

Já Zelizer prefere uma outra compreensão da autoridade jornalística, mesmo que haja certos pontos de contato entre esta e as citadas. Para ela, a principal marca da autoridade jornalística é a capacidade destes de se promoverem enquanto porta-vozes privilegiados dos fatos do cotidiano. É através da autoridade jornalística que os profissionais se outorgam o direito de apresentar as suas visões do mundo. Isto só é possível porque os jornalistas contam com toda uma estrutura por trás de sua prática, tanto tecnológica quanto narrativa e até mesmo institucional, por parte dos grupos de

⁵ No original: “Journalistic authority has been alternately seen as an effect on audiences, on organizational actors, or on wide-ranging sociocultural systems. The first view of journalistic authority as a one-on-one correlation between ‘what journalists say’ and ‘what audiences believe’, with journalistic authority – or ‘credibility’ – becoming a function of belief it induces in audiences. The second view, which dominates in organizational studies, regards journalistic authority as a set of strategies by which participants compete for power within news organizations. (...) The Final view regards journalistic authority as a social construction in order to address larger sociocultural questions of power and domination. ‘Authority’ is taken as a marker for the power behind the constructions of news, and emphasis is on the cooptation of external political or economic issues of power within news discourse” Tradução do autor.

comunicação, que dão suporte a circulação das versões produzidas por eles mais rápido do que as outras. A autoridade jornalística seria assim um tipo específico de autoridade cultural, pois legitima o lugar de fala dos profissionais da comunicação.

Conceituada como “a capacidade dos jornalistas de se promoverem como porta-vozes autorizados e credíveis dos ‘eventos da vida real’”, a autoridade jornalística é vista como um caso específico de autoridade cultural, através da qual os jornalistas determinam o seu direito de apresentar versões do mundo. A autoridade jornalística se situa na prática jornalística, onde os repórteres possuem um apoio tecnológico, narrativo e institucional que suporta a circulação de suas versões sobre a “vida real”⁶ (ZELIZER: 1992; 8).

A narrativa se torna, então, o principal elemento do que a autora chama de uma legitimação retórica da autoridade jornalística, posto que ela é feita através do próprio discurso da mídia. A narrativa funcionaria assim quase como um meta-código, pois ao mesmo tempo em que transmite uma mensagem, ela também preserva um conhecimento e garante a posição privilegiada do grupo, produzindo uma manutenção das práticas coletivas. É através da narrativa que os jornalistas se constituem como uma comunidade de intérpretes; não basta que ela seja mantida pelas ações do grupo, é preciso que ela seja reforçada pelas narrativas sobre estas mesmas ações, como uma forma de legitimar retoricamente o padrão de comportamento dos jornalistas. Quando os jornalistas/empresas de comunicação afirmam suas condutas enquanto corretas, isentas, imparciais e objetivas, eles estão afirmando também que imparcialidade, isenção e objetividade são aquilo que eles fazem. Não basta fazer, é preciso criar um discurso que legitime essas práticas.

Esta legitimação feita através do discurso se enraíza na própria memória coletiva do grupo, na medida em que possa servir como um referencial permanente para todos os seus membros. Cada jornalista que se sente pertencente à comunidade sabe que suas ações são balizadas por determinadas normas explícitas em narrativas produzidas anteriormente e que já fazem parte da tradição do grupo. O que acaba por garantir também a sua unidade e coesão. Sendo assim, a própria idéia de que os jornalistas são porta-vozes preferenciais é uma construção narrativa do grupo, que busca manter o seu *status quo*.

⁶ No original: Conceptualized as ‘the ability of journalists to promote themselves as authoritative and credible spokespersons of ‘real-life’ events’, journalistic authority is seen as the specific case of cultural authority by which journalists determine their right to present authoritative versions of the world. Journalistic authority is situated in journalistic practice, where reporters have long access to technological, narrative, and institutional circumstances that support their ready circulation of preferred versions of ‘real-life’ activities. Tradução do autor.

Os jornalistas são mais bem equipados do que outros para oferecer uma versão preferencial de eventos porque eles próprios perpetuam a noção de que a sua versão da realidade é a preferida. Ao codificar suas versões de maneira repetitiva e sistematizada através de narrativas mediadas, os jornalistas se colocam à frente de outros “porta-vozes” potenciais, de forma que a narrativa de incidentes críticos aumenta a sua autoridade⁷ (ZELIZER: 1992; 198).

⁷ No original: “Journalists are better equipped than others to offer a ‘preferred’ version of events because they themselves perpetuate the notion that their version of reality is a preferred one. By codifying their versions in repetitive and systematized mediated narratives, journalists place themselves ahead of other potential retellers, narratively attending to critical events in ways that uphold their authority”. Tradução do autor.

4. Os cadernos especiais sobre Maio de 1968 de *O Globo* e *Folha de S. Paulo*

Neste capítulo, será feita uma apresentação descritiva dos cadernos especiais publicados em maio de 2008 nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* em vista dos 40 anos dos eventos de Maio de 1968. O objetivo desta parte é familiarizar o leitor com a forma como foram organizados ambos os cadernos, pois isto já representa uma indicação das linhas que foram seguidas e que serão analisadas em profundidade no próximo capítulo, à luz das já citadas teorias sobre a memória. Sendo assim, a preocupação aqui é menos analítica e quase que exclusivamente descritiva.

4.1. O caderno especial de *O Globo* sobre os 40 anos de Maio de 1968

Na análise do caderno especial em comemoração aos 40 anos de Maio de 1968 publicado por *O Globo* no dia 11 de maio de 2008, é possível perceber uma questão que perpassa todo o trabalho jornalístico: a busca pela compreensão de um legado de Maio de 1968. Parafraseando o livro lançado por Zuenir Ventura em decorrência da mesma efeméride, a grande questão que parece ser comum a todas as reportagens é o que foi feito deles, ou seja, daqueles que lutaram e também das suas lutas, os seus sonhos, as disputas, os conflitos e as conquistas.

Na construção da resposta para a pergunta colocada acima, o jornal se utilizou de quatro repórteres, sendo duas correspondentes (Deborah Berlinck, em Paris, e Graça Magalhães-Ruether, em Berlim), uma enviada especial (a editora-executiva Helena Celestino, que também assina a coordenação do especial) e um repórter no Brasil, Carlos Albuquerque. A edição ficou por conta de Sandra Cohen, Juliana Iooty e Ana Lúcia Azevedo. O fato do jornal ter deslocado uma editora-executiva, com experiências anteriores de correspondente internacional, para Praga demonstra o investimento que foi feito nesse aspecto do especial, que será entendido mais a frente.

Na capa do especial há uma opção pouco comum nos jornais: no lugar de uma grande manchete aparece um “68” estilizado, que identifica toda a cobertura do jornal, e no fundo uma foto de um estudante atirando um paralelepípedo contra a polícia durante uma manifestação em 3 de maio de 1968, na França. Em baixo, sobre uma tarja vermelha, estão quatro chamadas para reportagens internas: uma entrevista com Daniel Cohn-Bendit, o líder estudantil que foi considerado o principal representante das manifestações tanto na França, onde estudava, quanto na Alemanha, seu país de origem;

uma reportagem sobre como são os campus das universidades francesas que foram o epicentro das agitações de 40 anos atrás; uma reportagem chamada de “O silêncio de Praga”, sobre a herança da ocupação soviética após a sufocação da Primavera de Praga; e por último uma chamada para a reportagem sobre a revolução sexual.

Na página dois, no canto superior à esquerda, aparece o texto de abertura do caderno que dá boas indicações do que será encontrado nas páginas seguintes, além de indicar os caminhos pelos quais as reportagens foram construídas. Segundo ele, Maio de 68 foi um gatilho para um questionamento global do *establishment*. Ao mesmo tempo, caracteriza as lutas ocorridas em Paris como a defesa “nas ruas do direito de pedir o impossível e proibir as proibições”, tornando a sua face antiautoritária como a única existente, despolitizando o discurso dos jovens da época e não reconhecendo até mesmo as reivindicações mais imediatas dos estudantes. Já a Primavera de Praga é lembrada como “um clamor por liberdade que seria calado pelos tanques soviéticos, criando um trauma no país e mudando a história das esquerdas mundiais”. De acordo com o texto, na Alemanha, jovens questionavam o sistema e a geração de seus pais que tinha vivido o horror da guerra. Por último, enaltece a força das drogas e do rock como combustível da revolução sexual.

Na parte inferior da página dois, surge uma entrevista com Daniel Cohn-Bendit. O ex-líder estudantil, agora deputado do Parlamento Europeu pelo Partido Verde alemão, já não tem as mesmas posições de 40 anos atrás. Voltado agora para questões ecológicas, Cohn-Bendit é um crítico feroz da luta armada assumida por grupos após 1968, ao ponto de chamar Andreas Baader (um dos fundadores do Baader-Meinhof) de idiota, embora pense que o terrorismo foi um subproduto da fobia antiimperialista. Para ele, os jovens da atualidade não são menos politizados, e sim possuem mais responsabilidade. Ao mesmo tempo em que Cohn-Bendit acredita que o protesto não morreu, mas agora gravita em torno de várias questões e não apenas em torno de um projeto único, ele não vê 1968 como suficiente para dar respostas as demandas existentes no presente.

Na página três já começam as reportagens sobre Paris. A primeira delas, intitulada “Fim da rebeldia, 40 anos depois”, pretende fazer um retrato da situação dos estudantes franceses atualmente, em contraste com a geração anterior. Ao longo de todo o texto é construída uma oposição entre o contexto atual e aquele de 40 anos antes: na década de 1960 os estudantes ainda viviam o boom pós-Segunda Guerra, que assegurava pleno emprego para todos, a presença de grupos maoístas e trotskistas na

Sorbonne, além da própria questão sexual ainda ser um tabu. Hoje, os jovens viveriam um contexto que quase que os obrigaria a ser mais pragmáticos: o desemprego é alto, as formações universitárias não são garantias de trabalho e a própria universidade entra em questão.

Assim, a reportagem vai construindo um consenso que apenas serve para reforçar aquele já existente: em um mundo sem maiores perspectivas de transformação, só resta aos jovens o pragmatismo liberal, a busca por se enquadrar nas demandas do mercado. Este consenso vai sendo construído e percebido na própria fala dos personagens da reportagem: enquanto um estudante admite sentir mais medo dos colegas nas barricadas e protestos durante as greves, outros assumem o discurso das alas políticas mais conservadoras, como o estudante de Direito Tom François, de 25 anos: “Vamos ter que fazer mais esforço do que nossos pais fizeram. Trabalhar mais, por mais tempo, para ter menos aposentadoria”. Da utopia de 68 parece sobrar quase nada.

Na página quatro, a reportagem principal, “Sem paralelepípedos”, apresenta um panorama das universidades que foram o epicentro da agitação de 40 anos antes. Com um tom leve, que caracterizará uma reportagem em cada uma das cidades abordadas, o texto vai narrando as mudanças que transformaram as universidades de centros de subversão e contestação em verdadeiros pontos turísticos; no lugar das barras de ferro que serviram de barricada em 1968, jardins bem cuidados e ruas asfaltadas, substituindo os paralelepípedos. Mesmo que indiretamente, a reportagem mostra como o Estado agiu para desmontar os palcos da rebelião e neutralizá-los, retirando todo o seu potencial enquanto lugar de memória.

Autores do livro “Maio de 68 explicado a Sarkozy”, André Glucksman, o pai, e Raphael, o filho, são os entrevistados na metade de baixo da página quatro. O título do livro é uma provocação ao presidente, que, durante a campanha eleitoral, afirmou que os franceses sofriam com a falta de disciplina, herança de 68. Os dois sustentam uma opinião polêmica, e a entrevista parece ter exatamente esse papel, de polemizar: defendem que Sarkozy é o verdadeiro herdeiro de 1968, pois representaria a ruptura, maior herança da época. Afinal, ele não é totalmente francês, tendo origens turcas e judaicas, é divorciado e expõe a relação do homem com o poder como nunca tinha sido feito na França: tem viagens de férias pagas por amigos milionários e usa rolex. Para os Glucksman, Sarkozy quebra a relação monárquica que os franceses têm com o poder.

A página cinco é toda ocupada por uma entrevista com o professor e sociólogo Alain Touraine, que foi, inclusive, professor de Daniel Cohn-Bendit e viveu de perto os

conflitos de Maio de 1968. Para o professor, aquele momento foi um marco da entrada de problemas culturais na vida política, o que ocorre devido a um modelo de autoridade que não mudou no período do pós-guerra. Isto porque a necessidade da reconstrução e um imperativo da união nacional acabaram por cessar o anseio por maiores mudanças. Ele vê também as questões relativas à sexualidade como centrais do movimento. Sobre a juventude francesa contemporânea, Touraine enxerga certo esvaziamento de idéias. Para o professor, o momento de crise não ajuda; como os jovens são obrigados a enfrentar um momento desfavorável em relação à geração de emprego e renda, o ânimo para mudar a ordem se esmorece. Paralelamente, em 1968, os jovens viviam um momento de grande prosperidade e estabilidade econômica.

Depois de quatro páginas sobre os eventos de Paris, a partir da página seis o foco passa para Praga, palco dos eventos conhecidos como Primavera de Praga e que terminaram na ocupação das tropas soviéticas. É interessante notar que o número de páginas dada é quase igual ao destinado a Paris: três contra quatro. Ao mesmo tempo, o foco comum a todas as matérias sobre Praga estão na busca da compreensão do silêncio que caracteriza a relação dos tchecos com o seu passado ocupado.

Logo na primeira reportagem, “O trauma de Praga”, o subtítulo já é bastante sugestivo: “silêncio histórico: as imagens de tanques soviéticos nas ruas ainda assombram o país e os tchecos escolheram não acertar contas com o passado”. A partir daí começa certo inventário dos motivos que levaram a população a preferir esquecer. A reportagem problematiza a questão da memória de maneira explícita através do conflito de gerações: de um lado aqueles que derrubaram o comunismo em 1989 e do outro os seus pais que “aceitaram” a ocupação soviética e hoje parecem sofrer com uma certa vergonha do que aconteceu. Assim, entre as das duas gerações fica o esquecimento de quem não quer lembrar e de quem prefere esquecer, explícito na fala de uma estudante: “Primavera de Praga? É um festival de música?”, pergunta Zaneta Cagaskova.

Além disso, o texto constrói uma oposição entre os clamores por liberdade no ocidente e a repressão dos tanques soviéticos. A frase de uma socióloga entrevistada dá um tom moralizante: “a utopia morreu ali. Quando o ocidente viu os tanques na rua percebeu que o socialismo era impossível de ser reformado”, nas palavras de Jirina Siklova. Na parte inferior da página sete está uma entrevista com o ex-líder estudantil e ex-presidente Vaclav Havel. Com a experiência de quem participou da resistência, derrubou o regime e ainda dividiu o país, Havel crê que a Primavera de Praga foi um hiato entre duas décadas anteriores e duas posteriores de trevas. Em sua opinião, a

Primavera foi uma tentativa de aperfeiçoar o regime comandado pela elite comunista ilustrada; já a Revolução de Veludo foi uma total rejeição ao sistema.

Na página sete, a matéria “Revolução e paixão na Cidade Dourada” tem o mesmo tom leve já apontado como característica de uma das de Paris. O texto vai conduzindo o leitor pelos lugares da cidade vistos de hoje e mostram como a ocupação soviética parece ter sido esquecida pela população: não há grandes museus nem monumentos, apenas um pequeno centro que guarda a memória do período ocupado. A reportagem também conta como o centro histórico foi revitalizado após ser devolvido aos seus verdadeiros donos, já que foi deixado de lado pelos soviéticos, que preferiram construir condomínios nos subúrbios. E como, na falta de heróis nacionais, Kafka foi moldado para dar charme a tabernas, deixando de lado qualquer angústia. Interessante notar as referências feitas aos comunistas como “mão pesada” e “tempos históricos sufocantes”.

Na página seguinte, o foco se volta para aquela que ficou conhecida como geração perdida: pessoas que, por causa da ocupação, foram proibidas de cursar a universidade por não se filiarem ao Partido Comunista e passaram a ocupar cargos marginais na máquina estatal. O tom é sempre o de frustração, trajetórias interrompidas por causa do fechamento político. Em sua maioria, eles eram filhos de operários e viviam a rebeldia contra a autoridade, em meio a drogas e rock, assim como o movimento contracultural. Eles ficaram conhecidos como “geração perdida” porque foram obrigados a se exilar dentro do próprio país ou no exterior.

Na parte inferior da página oito, há uma entrevista com Jáchyn Topol, autor que ficou celebre na cena underground da ocupação soviética e membro da geração que ajudou a derrubar o regime. O autor esclarece alguns motivos do esquecimento da sociedade tcheca, pois ele se vê dentro da dinâmica do conflito geracional. Ele conta o que passou na sua própria juventude, entre prisões e hospícios, já que era considerado “desajustado”. Para ele, os mais velhos se sentem ultrajados e envergonhados por terem se curvado as tropas soviéticas. No entanto, ele mesmo admite que a não resistência acabou sendo o melhor a ser feito, pois, caso contrário, haveria um massacre. No fim da entrevista, Topol enumera os crimes comunistas e termina com uma frase de efeito moralizante: “isso é o comunismo, esse é o oriente, isso é perigoso”.

Na página nove, com apenas uma página, vem os casos alemães. Na reportagem “A revolta alemã contra o passado”, Graça Magalhães-Ruether localiza historicamente as raízes do movimento na Alemanha. Se em Paris o clamor era por liberdade e em

Praga era por democracia, em Berlim era de revolta contra a geração dos pais, que teria permitido, e em vários casos, apoiado a ascensão do nazismo. Ao contrário de Praga, que não fez nenhuma comemoração em relação aos 40 anos de 1968, Berlim teve uma série de exposições para rememorar o passado, prática comum no país. O contexto também foi propício ao aparecimento de contestadores: em 1966, assume como chanceler federal um ex-membro do partido nazista. Na matéria, a grande efervescência sessentista é apontada como catalisadora de movimentos de extrema-esquerda que depois partiram para a luta armada. O mais conhecido deles, Baader-Meinhof, surgiu em uma comunidade de habitação, onde vários jovens moravam juntos, e que foi criada na época.

As comunidades de habitação são o mote para a outra matéria sobre a Alemanha de 1968. Mas em vez de explorar as comunas, a matéria parte para um texto cômico sobre o fundador dessa modalidade, Rainer Langhans, que vive hoje em um verdadeiro harém com quatro mulheres. Em busca do legado, a reportagem cai em certo vazio político ao mostrar o ex-guru estudantil como um hippie dos anos 2000. O fato deste conceito de “comuna” ter criado entre os jovens alemães um hábito de dividir apartamentos com desconhecidos que persiste até hoje fica restrito ao fim da matéria.

Na última página do especial, que também é a contra-capá, cujo título é “A outra revolução”, fica claro um certo tom, principalmente por se tratar do fim do caderno, de uma certa moral, como se todas as experiências tivessem dado errado e a única que tivesse vingado fosse a sexual. Ao mesmo tempo em que o texto mostra como no Brasil o avanço das mulheres foi pequeno e não acompanhou a radicalização da disputa política, ele também despolitiza a luta pela liberdade sexual. Nas palavras de Luís Carlos Maciel, “a liberação sexual é subjetiva. Não é uma coisa que pode ter pré-requisitos ou ser estabelecida por qualquer tipo de lei”. Por outro lado, a escritora Rose Marie Muraro diz que a eleição de Ângela Merkel e a quase candidatura de Hillary Clinton são devedoras das conquistas de década de 1960.

4.2. O caderno especial da *Folha de S. Paulo* sobre os 40 anos de Maio de 1968

O caderno especial sobre os 40 anos de Maio de 1968 editado pelo jornal *Folha de S. Paulo* difere daquele de *O Globo* em vários aspectos. O primeiro deles é que não se trata de um caderno temático apenas; na *Folha*, o especial veio dentro do caderno “Mais!”, publicado aos domingos, que manteve a sua estrutura fixa. Tanto que as

páginas dois e três trazem assuntos alheios ao tema, como a página de Ciência e as colunas de Marcelo Leite e Marcelo Gleiser. No entanto, será mantida aqui a proposta adotada em relação ao Globo de fazer uma descrição do caderno agora para no capítulo seguinte analisar de que maneira cada jornal enquadra a memória de uma maneira diferente.

A capa do especial é ocupada quase toda por uma foto na qual estudantes lançam pedras contra a polícia durante uma manifestação em 7 de maio de 1968. Na parte de baixo fica o título: “Maio despedaçado”. Já na parte superior, o subtítulo deixa entrever o tom professoral que atravessa grande parte do caderno: “40 anos depois, entenda como 1968 modificou o mundo em que vivemos hoje”. Fica muito claro que é feito um convite ao leitor para que receba uma aula sobre a herança de 68.

Na página quatro, onde começa as reportagens e artigos temáticos, uma matéria de Laura Capriglione intitulada “68 aos 40” tenta fazer um balanço do movimento no Brasil. As principais vozes são de Zuenir Ventura, escritor do célebre livro sobre Maio de 1968, e Vladimir Palmeira, ex-líder estudantil e um dos principais símbolos de resistência. A fala de Ventura, logo no início do texto, já faz um diagnóstico definitivo sobre o que representou 1968 no Brasil: direitos das minorias, crítica ao autoritarismo, liberdade sexual e direito ao prazer por parte das mulheres. O diretor teatral José Celso Martinez também aponta a liberdade (comportamental) como o principal legado.

Em um equilíbrio de vozes aparece Palmeira se posicionando contra o consenso de que nos anos 60 todos eram de esquerda e todos eram de vanguarda. A ele se junta o ex-militante e jornalista Alípio Freire, no fim do texto, afirmando que a Ditadura Militar acabou por politizar todo o movimento. É interessante notar que a autora a todo o momento chama os personagens de “meia-oito” e ainda classifica as suas idéias como “muito 68”, criando um rótulo, e, de certa forma, um enquadramento.

Na página cinco há apenas um artigo do historiador inglês Peter Burke, chamado “Lembrança de Maio”. Nele o autor faz um inventário dos eventos que marcaram o ano de 1968. Logo no início ele aponta dois que considera “inesquecíveis”: a Primavera de Praga, onde houve a experiência do “socialismo com face humana” incentivado por Alexander Dubcek, 1º secretário do Partido Comunista da Tchecoslováquia, eleito em janeiro daquele ano; e os acontecimentos em Paris, principalmente na Sorbonne e em Nanterre. Burke aponta como líderes do movimento os trotskistas, expulsos da União dos Estudantes Comunistas Franceses um ano antes, maoístas e anarquistas, sendo a principal figura destes últimos Daniel Cohn-Bendit.

Em seguida, ele recorda a grande gama de pichações irônicas que tomaram os muros das universidades e evocavam Bakunin, Nietzsche, Mao, Althusser, Marx, Lênin, Trotsky, além de abordarem o tema da liberdade sexual e de comportamento. Para o autor, embora as pichações exprimissem vontades de transformação política e social, o que ficou foram as conseqüências culturais do movimento, como o fortalecimento do feminismo francês. Note-se que embora tenha citado a Primavera de Praga, ele não se detém no tema.

Na página seis, seguindo uma divisão temática que perpassa todo o caderno, há duas seções bem definidas: “Comportamento” e “Sexo”. Na primeira se encontra uma entrevista com Alain Finkielkraut, autor de livros sobre a liberdade sexual e considerado um dos principais intelectuais da direita francesa, publicada originalmente no “Le Nouvel Observateur”. A manchete é “Pai de aluguel” e se refere ao que ele chama de negociação perpétua que se estabeleceu dentro da família pós-1968. Para ele, a liberação sexual e a busca pelo prazer tornaram o amor fruto do discurso da libertação, pois o desejo seria a experiência de uma sujeição.

Na parte inferior, na seção “Sexo”, o artigo da antropóloga Mirian Goldenberg, intitulado “Amantes Constantes”, apresenta as questões que já eram pautadas pelo feminismo antes de 1968, mas que nele tiveram o seu estopim: desejo de liberdade, busca do prazer sem limites, recusa do controle e autoridade, explosão da sexualidade e defesa da igualdade entre homens e mulheres. Depois, a autora traz as questões para a realidade brasileira e mostra como Leila Diniz representou uma ruptura em relação aos padrões e dogmas, sendo catalisadora de um movimento nacional. Contudo, Mirian não se rende a nenhum tipo de triunfalismo e mostra com dados de uma pesquisa sua que as conquistas das mulheres no Brasil ainda são limitadas, pois o que elas mais admiram nos homens é a liberdade, embora os homens nada admirem nelas.

Na página sete aparece a seção “Literatura”. Nela, o professor da Unicamp Alcyr Pécora procura mostrar, através do artigo chamado “Fora de Jogo”, que Maio de 68 possui uma importância simbólica maior do que histórica. Ele teria se tornado uma alegoria capaz de apagar todas as contradições da realidade, sendo elas liberdade e igualdade, revolução e utopia. Assim, Maio seria uma espécie de mundo ideal de possibilidades. Em seguida, Pécora faz uma comparação entre a literatura de 1968 e a atual. Em sua visão, em 68 ser escritor era inútil porque todos tinham obrigação de sê-lo, uma vez que a função da vida era obra de arte; agora, ser escritor é ser funcionário,

como um trabalhador especializado. Isso porque qualquer blogueiro trocaria a sua liberdade por um contrato com uma grande editora.

A página seguinte é ocupada, na sua maior parte, por um artigo do filósofo Jacques Rancière, inserido na seção “Filosofia”, chamado “Vamos invadir”. Rancière é extremamente crítico em relação à construção que foi feita do Maio de 1968. Para ele, tratou-se do grande *revival* do marxismo, energizado pelas lutas de descolonização no terceiro mundo, a Revolução Cubana e a Revolução Cultural na China. Segundo o filósofo, o caráter internacional e operário do movimento foi completamente apagado, sendo ele transformado em uma revolta da juventude que queria abolir tabus sexuais e se insurgiu naquele momento porque por ser da geração do consumo do pós-Guerra, cujo única vontade era gozar. Na verdade, a juventude de Maio de 1968 seria a maior crítica daquele modelo de consumo.

A construção de que os jovens de Maio de 1968 seriam então frutos do individualismo democrático tentando romper os elos com a família, a escola e a religião seria uma tentativa de fazer uma liquidação política do movimento. Rancière defende que Sarkozy não precisa se preocupar com a liquidação, pois ela já foi feita pelos socialistas, quando estes tomaram o poder em 1981, com François Mitterrand, apoiados pela “intelectualidade de esquerda”. Da mesma forma, o discurso de que os jovens de 1968 salvaram o capitalismo ao oferecerem estruturas leves, dinâmicas, em rede e inovadoras seria também uma farsa. Para o filósofo, a efeméride seria um momento muito propício a recuperação de documentos que revitalizassem politicamente Maio de 68.

Na parte inferior há uma matéria intitulada “Nanterre de Luxo”, de Leneide Duarte-Plon, que mostra as transformações sofridas pela terceira maior universidade francesa e um dos epicentros das agitações de Maio de 1968. Se antes ela era um centro de anarquistas, como Daniel Cohn-Bendit, seu ex-aluno, e trotskistas, hoje Nanterre é considerada um feudo da direita, dominada por conservadores principalmente ligados à área das finanças. Um dos motivos da transformação foi a própria localização geográfica da universidade, no distrito mais rico de Paris, próximo ao centro financeiro de La Defense e da cidade de Neuilly, onde o atual presidente Nicolas Sarkozy foi prefeito. Atualmente, os núcleos de resistência que ainda apóiam as greves de estudantes se restringem aos cursos de ciências humanas.

Na página nove, dentro da seção “Música”, Lírio Tragtenberg argumenta em “Festa e Protesto” que o inconformismo de 1968 contribuiu decisivamente para uma

forte hibridização da música industrial. Esta passou a absorver a influência de ritmos até então marginais como o blues, o funk e o eletrônico. As letras também sofreram mudanças: se antes elas falavam de amor, agora elas se voltam para a crítica social, cujo um dos expoentes é Bob Dylan. Além disso, artistas experimentalistas como Frank Zappa surgiram e incendiaram as convenções. A Tropicália teria sido então o 1968 musical brasileiro. Tragtenberg enxerga na música negra a matriz principal das mudanças ocorridas no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, oscilando sempre entre a festa e o protesto. No entanto, a influência destas transformações foi sentida até bem mais tarde, principalmente na década de 1980.

Na página dez vem a seção “Política”, cujo artigo “Missão: impossível”, no alto da página, é assinado pelo filósofo esloveno Slavoj Zizek. Para o autor, o discurso da libertação sexual como símbolo de Maio de 1968 foi uma apropriação do capitalismo da retórica anti-hierárquica adota na época. Isso porque hoje o prazer é um imperativo e quem não goza sente-se culpado. As drogas e o prazer pelo sexo, assim como o misticismo oriental e o terrorismo de esquerda possuem raízes, segundo Zizek, no esgotamento político de Maio de 1968 e no contato direto com a realidade.

Para o filósofo, o núcleo de 68 está em uma rejeição ao sistema capitalista liberal, que hoje é assumido como único e melhor, devendo apenas ser aperfeiçoado. Segundo o autor, a questão é: ou se aceita o capitalismo e o naturaliza ou se admite que existem tensões insolúveis dentro do sistema. O maior legado de 68 para Zizek é exatamente o lugar da utopia, pois ser realista seria tentar imaginar o que é impossível dentro das atuais coordenadas.

Na reportagem na parte inferior da página, chamada “Guerrilha dentro do botequim”, o cartunista Angeli é entrevistado por Ernane Guimarães Neto, funcionando como uma forma de dar leveza à edição. Ele comenta a morte de seu personagem, “Meiaoito”, um verdadeiro guerrilheiro de botequim, que sonha sobre a sua participação na luta armada e ainda funciona como um patrulheiro ideológico de todos. Angeli diz que “Meiaoito” morreu porque ficou muito datado, anacrônico. Nas suas falas, ele reforça uma visão comportamental de 1968, sobre os direitos das minorias, a luta pelos direitos iguais e ainda o nascimento da luta pela questão ecológica.

Na página onze está a seção “Cinema”, na qual escreve a professora da UFRJ Ivana Bentes. No artigo “Ruas e Corpos”, Ivana começa fazendo uma crítica da superestimação do conceito de sociedade do espetáculo e dos eventos que poderiam eventualmente perturbar a ordem capitalista. Para a professora, o principal mérito do

cinema de 1968 foi ter ido à rua, se banhado nas barricadas, lutas, batalhas travadas. Além disso, esse cinema também compreendeu a necessidade de contra-discursos, imagens, cartazes, publicidade, iconografias que produzissem outro estado de coisas. Mais tarde, ela aponta que este cinema incorporou também as minorias, as mulheres, negros, a questão da sexualidade e das drogas. A grande herança de 68 para Ivana foi exatamente reinventar a potência do cinema.

Na página seguinte, aparece a seção “Movimento Estudantil”, cuja área é ocupada pelo artigo “Mao enquadrado”, de Maria da Glória Gohn, professora titular de Educação da Unicamp. Trazendo a discussão mais para o presente, a autora discorda da idéia de que o movimento estudantil pós-68 se tornou despolitizado e cita como exemplo as ocupações das reitorias de diversas universidades em 2007 e 2008. A professora avalia que o movimento estudantil hoje é mais pragmático, se preocupa mais com questões relativas à ética com o dinheiro público. O caráter político-ideológico instituído na forma de partidos teria ficado diluído em meio ao grupo. Ela aponta pontos de contato entre o movimento estudantil atual e aquele de Maio de 1968 nas questões político-culturais e também no uso de tecnologias como nova forma de fazer política.

Na parte inferior da página, está um artigo inédito em português de Hannah Arendt chamado “A Arte do Possível”, no qual a filósofa se dirige a um estudante de teologia, com o qual manteve correspondência durante um período, e discute questões como imperialismo, Guerra do Vietnã, pobreza, sistemas totalitários e política, definida por ela como “a arte do possível”, tendo que ser entendida a limitação dos próprios homens. No contexto da carta, Arendt tenta aplacar as dúvidas do estudante que se sentia responsável pelo mundo. Na página 13, um artigo da professora Lisette Lagnado, do mestrado em Artes Visuais da Faculdade Santa Marcelina (SP), chamado “Ato Sustentável”, mostra como as demandas estéticas de 1968 são retomadas pelos artistas contemporâneos.

Na última página do caderno, uma entrevista de página inteira com Daniel Cohn-Bendit, considerado um dos principais líderes do movimento que explodiu em Maio de 1968 nas universidades francesas, é colocada curiosamente na seção memória. A entrevista foi publicada originalmente no “Le Nouvel Observateur” e editada para publicação no especial. Cohn-Bendit afirma que não se preocupa em se enquadrar em categorias como rebelde ou conformado, embora acredite que ocupe papéis dentro de uma e de outra. Contudo, ele diz que o contexto atual é muito diferente daquele dos anos 60, e que considera ser jovem hoje muito mais angustiante.

Em sua opinião, 68 não deve ser tomado como modelo. O significado que se deve extrair dele é que existem momentos históricos em que algo explode e faz as coisas avançarem. O atual deputado do parlamento europeu pelo Partido Verde alemão reconhece também que a questão dos imigrantes hoje na Europa torna impossíveis slogans como “somos todos judeus alemães”, cantados há quarenta anos. Já no fim da entrevista, Cohn-Bendit veste a camisa da militância ecológica e fala da necessidade em se preocupar com as mudanças climáticas por causa das conseqüências para os próximos 30 anos. Para isso, seria preciso olhar para o futuro e não se ater ao cotidiano.

5. Esquecimentos e silêncios 40 anos depois de Maio de 1968

No presente capítulo, procurar-se-á examinar de que forma tanto *O Globo* quanto a *Folha de S. Paulo* construíram, cada um a sua maneira, uma memória sobre Maio de 1968. Serão apontados pontos de contato, divergências e, talvez o mais interessante, como no momento da edição uma parte da história é deixada de lado para que uma versão mais harmônica e menos tensionada apareça e se firme como o que realmente ocorreu. Os meios de comunicação, como já apresentado anteriormente, constroem a sua imagem como porta-vozes da história. Contudo, como qualquer um que conta uma história, ele também a reelabora de acordo com os seus próprios interesses.

5.1. A organização formal e construção de significados em *O Globo* e *Folha de S. Paulo*

Os cadernos especiais sobre os 40 anos de Maio de 1968 publicados em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo* diferem radicalmente em sua organização formal. Naquele publicado por *O Globo*, a divisão do caderno é feita por países: primeiramente aparece o Maio francês, que é o que ganha o maior destaque nas páginas da edição; em seguida aparece a Primavera de Praga, como ficou conhecido o movimento de flexibilização política ocorrido na Tchecoslováquia; e por último o alemão, onde o destaque é dado ao caráter terrorista de parte do movimento e também às novas formas de organização dos estudantes. Apenas na última página aparece um tema transversalizado, que é o da revolução sexual.

Já no caderno “Mais!” publicado pela *Folha de S. Paulo*, com exceção das duas primeiras páginas do especial, todas as outras estão demarcadas por selos que classificam o que está sendo falado ali. São eles: comportamento, sexo, literatura, filosofia, música, política, cinema, movimento estudantil, arte e, na última página, memória. Assim, a opção feita pela Folha foi de uma divisão transversal de temas que cruzam todos os eventos.

Contudo, é possível se encontrar uma intencionalidade nas escolhas, da mesma forma que justificativas. No caso de *O Globo*, a divisão procura ser didática, de modo a facilitar a leitura e a compreensão, mas acaba por suprimir determinadas ligações entre os países. A tentativa de territorializar, em lugares claramente demarcados, acontecimentos que ocorreram em perspectiva global é uma tentativa de evitar essas

ligações e assim enfraquecê-los. Afinal, os movimentos de estudantes dos diferentes países tinham entre si e uma relação de solidariedade, o que fica explícito, por exemplo, após o atentado contra o estudante alemão Rudi Dutschke, em abril de 1968, que desencadeou reações em diversas cidades como Londres, Roma, Florença e Paris (MATOS: 1981; 19). Ao tentar localizar e restringir os acontecimentos ocorre uma tentativa também de enfraquecê-los.

Já a opção da Folha por uma divisão mais transversal está diretamente relacionada à sua análise do legado nos diferentes campos do saber e no cotidiano contemporâneo. Já no subtítulo da capa fica claro a sua intenção com o tom professoral e acadêmico que terá todo o caderno: “40 anos depois, entenda como 1968 modificou o mundo em que vivemos hoje”. No entanto, esta opção pelo legado acaba, curiosamente, esvaziando um pouco o caderno de conteúdo histórico propriamente dito.

Quase todo o material publicado pela Folha é de artigos escritos por colunistas do jornal, professores ou por intelectuais consagrados. Esta é uma distinção muito clara entre as duas publicações; enquanto *O Globo* dá muito mais destaque às reportagens feitas *in loco* por correspondentes e enviados especiais, a Folha prioriza os artigos, muitos deles em tom acadêmico, e apresenta pouquíssimas reportagens. Em números: na Folha foram publicadas três reportagens feitas especialmente para o caderno e duas que foram publicadas anteriormente na revista francesa “Le Nouvel Observateur”. No Globo, em todo o caderno existem 13 reportagens e nenhum artigo. Já na Folha, foram publicados 10 artigos.

A preferência por artigos em detrimento de reportagens é uma marca do próprio caderno “Mais!” e não é exclusivo do especial sobre os 40 anos de Maio de 1968. Esta escolha define também um alvo mais restrito em termos de público, pois se trata de um caderno para iniciados nas discussões que ali irão aparecer. Da mesma forma, a presença de pensadores contemporâneos influentes, tais como Slavoj Žižek e Jacques Rancière, é uma forma de dar certa autoridade às análises apresentadas pelo jornal. Esses intelectuais ocupam um papel de referência e agregam valor e credibilidade à publicação. A presença desses intelectuais também se reflete na produção de um material mais crítico do que aquele encontrado no Globo.

No Globo, há também a figura de pensadores e intelectuais, mas ela aparece sempre na forma de entrevistas. Ao contrário dos artigos, as entrevistas permitem sempre uma edição favorável a determinado ponto de vista, o que é mais interessante quando se pretende dar uma unidade ideológica ao produto, ou seja, fazer com que ele

apresente uma construção coerente e plausível da memória dos eventos de Maio de 1968. Na Folha, o fato de ser composto, em sua grande maioria, por artigos, cria a sensação de uma polifonia de vozes, de uma variedade e de uma multiplicidade de pontos de vista. Embora de certa forma colabore para a produção de conteúdo que deixe um espaço mais aberto para a reflexão por parte do leitor, as reportagens que funcionam como guias de compreensão já levam a um caminho específico que constitui aquilo que se convém chamar de linha editorial.

5.2. A história lembrada em pedaços

Os dois cadernos especiais focam no legado de Maio de 1968. Enquanto a Folha usa diversos articulistas e pensadores para tentar abarcar em todas as áreas do saber humano os restos e impactos daqueles eventos no presente, *O Globo* tenta reconstruir o que aconteceu atacando de forma mais incisiva a questão da memória. O foco da Folha no presente faz com que as questões históricas sejam retomadas de maneira não sistemática e não ordenada, embora a reportagem de abertura já dê ao leitor uma compreensão bem geral do que aconteceu. Já no Globo, há um olho no presente e outro na reconstrução do passado, em uma rememoração dos acontecimentos em alguns casos executados por aqueles que foram seus personagens, anônimos ou famosos, e outros na voz de historiadores.

Contudo, um ponto que junta as duas análises é a apresentação do movimento como algo festivo. As palavras-chave sempre passam por liberdade, sexo, festa, drogas, antiautoritarismo, liberação, mas muito pouco por política, projeto, crítica ao sistema, ou seja, o movimento é caracterizado como eminentemente comportamental e apolítico. Esta construção que se tornou o senso comum sobre Maio de 1968 é reproduzida em larga escala em ambos os cadernos, embora na Folha seja possível encontrar alguns pontos de inflexão.

Para ilustrar, utilizar-se-á a abordagem feita do Maio de 1968 francês. Ao mesmo tempo em que se propõe a resgatar os acontecimentos e a compreendê-los, colocando-o inclusive em relação com o movimento estudantil e o contexto contemporâneos, as reportagens de *O Globo* não apresentam o momento no qual toda a ação se desenvolveu. Como nos ensina a professora Olgária Matos, a França vivia um momento muito específico quando as universidades entraram em erupção. Primeiro porque qualquer tipo de perturbação da ordem social parecia ter ficado para trás depois

de superado o trauma da guerra e da descolonização a que ela se seguiu, finda em 1962 com o fim da guerra da Argélia, e quando o comando do General De Gaulle parecia inabalável.

No entanto, este processo de descolonização deixou marcas na organização política francesa. Como o Partido Comunista (PCF) apoiou as lutas contra as colônias, seguindo orientações de Moscou, grupos de orientação trotskista e maoísta começaram a se estruturar, catalisando a insatisfação de grande parte dos militantes com as decisões tomadas pela direção do PCF, especialmente os estudantes que já não se identificavam com a estrutura burocrática stalinista. É neste momento que surgem partidos que terão papel ativo e importante na construção do movimento de Maio de 1968, como o Partido Socialista Unificado (PSU, de inspiração trotskista) e a União Nacional dos Estudantes da França (Unef). O que ocorre então é uma crítica à esquerda do PCF, que cada vez mais ruma para o chamado “eleitorialismo”, ou seja, passa a se preocupar em conquistar cadeiras no Parlamento e por isso precisa construir uma imagem de moderação (MATOS: 1981; 37).

Em meio à desintegração da unidade em torno do PCF, os anarquistas também ganham força e adeptos. Apesar de rejeitarem qualquer tipo de organização por demais rigorosa e disciplinada, eles formam grupos estáveis e são os responsáveis por lançar no debate idéias como a auto-gestão operária, além de colocarem em questão liberdade sexual e divulgarem a obra de Wilhelm Reich. Reich foi um psiquiatra austríaco discípulo de Freud, com quem viria romper alguns anos depois, que defendia uma revolução sexual paralelamente a uma revolução política, defendendo a livre expressão dos sentimentos sexuais e emocionais dentro do relacionamento amoroso (ZAPPA, SOTO: 2008; 88).

Assim, essa nova esquerda que surge e ganha força na década de 1960 terá um papel importante enquanto catalisadora das insatisfações dos estudantes, que negavam o próprio modo de vida burguês. Embora as universidades apresentassem problemas de superlotação das turmas e Nanterre, por exemplo, possuísse uma estrutura muito precária (MATOS: 1981; 51), o que os estudantes desejavam não era a adaptação da universidade à vida moderna, mas a transformação desta própria vida:

Os estudantes não pretendem adaptar a universidade à vida moderna, mas recusam-se à vida burguesa, medíocre, reprimida, opressiva; eles não se interessariam pela carreira; pelo contrário, desprezavam as carreiras de quadros técnicos que os esperavam; eles não procuravam se integrar o mais rapidamente possível na vida adulta, mas representavam sua contestação radical (MATOS: 1981; 49).

Sem dúvida, outra característica marcante do movimento foi o seu caráter antiautoritário. No entanto, esta marca é usada quase sempre como sinônimo de libertinagem, o que foge, e muito, ao seu significado naquele momento histórico. A negação de qualquer tipo de autoridade estava intimamente relacionada com o questionamento do próprio sistema de organização social e econômico. Ser antiautoritário era uma recusa em se integrar como um quadro bem formado (MATOS; 1981; 49). Esta face é manifesta no próprio fato de que o movimento, embora catalisado por diversos grupos políticos, não apresentou em nenhum momento um comando ou uma direção central, algo considerado positivo para o então jovem líder estudantil anarquista Daniel Cohn-Bendit, em entrevista a Jean-Paul Sartre no “Le Nouvel Observateur”, em maio de 1968:

O que vem acontecendo há duas semanas, a meu ver, é uma refutação da famosa teoria das “vanguardas revolucionárias” consideradas como a força dirigente de um movimento popular. Em Nanterre e Paris houve simplesmente uma situação objetiva, nascida do que se chama vagamente de “o mal estar estudantil” e da vontade de ação de uma parte da juventude, decepcionada pela inação das classes que exercem o poder. A minoria ativa pode, pelo fato de ser teoricamente mais consciente e estar mais preparada, acender o estopim e meter-se pela fenda. Mas isso é tudo. Outros podiam seguir ou não seguir. Acontece que seguiram. Mas depois, nenhuma vanguarda, seja a UEC, a JCR ou os “marxistas-leninistas”, puderam assumir a direção do movimento. Seus militantes puderam participar das ações de um modo decisivo, mas desapareceram absorvidos pelo movimento. Eles estão nos comitês de coordenação, onde possuem um papel importante, mas em nenhum momento houve oportunidade para que essas vanguardas desempenhassem um papel diretivo. Esse é o ponto essencial. Serve para destacar que é necessário abandonar a teoria da “vanguarda dirigente” para adotar aquela – mais simples e mais honrada – da “minoria ativa” que desempenha o papel de um fermento permanente, impulsionando a ação sem pretender a direção (COHN-BENDIT: 2008; 19).

Contudo, nenhuma das reportagens analisadas nesta monografia apresenta as distinções apresentadas acima. O enquadramento da memória produzido pelos especiais passa exatamente por uma desconfiguração dos seus atores políticos, por um apagamento dos seus antecedentes, o que reforça a idéia de que se tratava apenas de jovens entediados com os anos dourados, embalados pelo robusto crescimento econômico do pós-guerra, e que queriam romper com a geração de seus pais, cuja experiência nos horrores da guerra bloqueava o hedonismo e a busca desenfreada pelo prazer. A experiência de Maio de 1968, no entanto, é muito mais do que uma ruptura geracional: “Maio de 68 não foi tampouco a repetição monótona de um conflito de gerações: ele atingiu um ponto de irreversibilidade, pois buscou as razões que fizeram

da história da humanidade a história apenas da dominação e da servidão” (MATOS: 1981; 10).

No especial produzido pela Folha, encontram-se alguns pontos de inflexão em relação ao senso comum construído. No artigo de Jacques Rancière, por exemplo, o autor aponta Maio de 1968 como o grande *revival* do marxismo, energizado pelos processos de descolonização no terceiro mundo e pelas revoluções cubana e chinesa, vistas então como novos paradigmas para o comunismo stalinista, em decadência desde o início da onda revisionista, em 1956, com a divulgação dos crimes de Stálin por Krushev:

Qualquer que tenha sido a parte das ilusões e dos desprezos dessa época, uma coisa é certa: a paisagem de maio de 1968 foi a das manifestações e assembléias em pátios de fábricas em greve, enfeitados de bandeiras vermelhas ao som de palavras de ordem anticapitalistas e contra o Estado. Na França, esse movimento foi o ponto culminante do grande “revival” do pensamento marxista e da esperança revolucionária que se alimentou, nos anos 1960, da energia das lutas de descolonização e dos movimentos de emancipação do Terceiro Mundo. Ele acreditou encontrar seus modelos na Revolução Cubana [1959] ou na Revolução Cultural chinesa e nos princípios de um marxismo regenerado na teoria de Louis Althusser, nos chamados à ação de Frantz Fanon ou nas análises das novas formas de exploração capitalista e da resistência operária conduzidas pelos marxistas italianos (RANCIÈRE: 2008; 8).

Rancière também aponta a caracterização do movimento como de jovens em busca de liberdade sexual seria uma tentativa de liquidá-lo politicamente, o que teria ocorrido na França a partir da eleição de François Mitterrand, em 1981, um socialista que contou com o apoio da intelectualidade de esquerda francesa. A Sarkozy, que declarou durante a campanha presidencial que a França precisava acabar com a herança de 1968, restaria quase nada a ser feito.

Slavoj Žižek também apresenta sua crítica a transformação da libertação sexual como símbolo de Maio de 1968. Para ele, esta seria uma apropriação por parte do capitalismo da retórica anti-hierárquica presente naquele momento. Até porque, segundo Žižek, o núcleo de 1968 estaria exatamente em uma crítica ao sistema, da qual a questão sexual era parte integrante. A liberdade sexual reivindicada nos anos 1960 se tornou, apropriada pelo capitalismo, o imperativo do prazer e do gozo no mundo contemporâneo, de acordo com o autor.

Mas o novo espírito do capitalismo recuperou triunfalmente a retórica anti-hierárquica de 1968, apresentando-se como bem-sucedida revolta libertária contra as organizações sociais opressivas do capitalismo corporativo e do socialismo “realmente existente”. O que sobreviveu da libertação sexual dos anos 1960 foi o hedonismo tolerante, facilmente incorporado a nossa ideologia

hegemônica: hoje o prazer sexual não apenas é permitido, é ordenado – os indivíduos se sentem culpados quando não podem desfrutá-lo (ZIZEK: 2008; 10).

A crítica que Zizek dirige a tomada da questão sexual como símbolo de Maio de 1968 é cabível e pertinente em relação à reportagem publicada no especial de *O Globo*, de autoria de Carlos Albuquerque. O texto tenta mostrar como que de todas as revoluções propostas nos anos 1960, a única que vingou foi a revolução sexual. Através da fala de personagens, como o jornalista Luís Carlos Maciel, a questão sexual é totalmente despolitizada ao não ser relacionada com um contexto de antiautoritarismo mais amplo, que perpassava as hierarquias, organizações, partidos políticos e qualquer forma de relações assimétricas.

Sobre os acontecimentos que ficaram conhecidos como a Primavera de Praga, a cobertura de *O Globo* dá bastante destaque ao movimento, com três páginas da edição. Em comparação, na Folha, a Primavera de Praga é apenas citada muito superficialmente no artigo de Peter Burke. As escolhas, embora radicalmente diferentes, caminham para uma convergência de concepção: enquanto *O Globo* usa a Primavera de Praga como uma forma de enquadrar a memória do período socialista vivido pelo país, apresentando-o como uma época de privações, a Folha simplesmente desconsidera os acontecimentos, não os conferindo nenhum destaque.

Contudo, quantidade não significa qualidade. As reportagens e entrevistas que aparecem sobre Praga em *O Globo* elucidam muito pouco as questões envolvidas quando houve o movimento, que acabou soterrado pela ocupação do país por tropas soviéticas. A onda de liberalização política na Tchecoslováquia começa em janeiro de 1968, com a ascensão de Alexander Dubcek ao cargo de primeiro-secretário do Partido Comunista da Tchecoslováquia. Dubcek tenta iniciar uma abertura política no país, mas enfrenta a resistência e posterior invasão de países comunistas alinhados com o PC soviético.

Os tchecos, no entanto, viviam o movimento contrário de seus vizinhos. Respiravam os ares da liberdade e da alegria, causando espanto à esquerda europeia, que não dava ouvidos aos clamores de Varsóvia e Praga. O movimento estudantil na Alemanha, na França e na Itália e outros países estava tão voltado para o próprio umbigo, que quase não percebia a revolução que acontecia ao lado, na então Tchecoslováquia. Rudi Dutschke, quando fez uma visita a Praga na primavera de 1968, deixou os estudantes locais perplexos ao afirmar que o inimigo em seu país era a democracia pluralista. Para os tchecos, que queriam um socialista de rosto humano, esta era uma aspiração (ZAPPA, SOTO: 2008; 127).

Em mais um exemplo de como a memória é dinâmica e está sempre em disputa, embora a versão dos fatos colocada acima, e também reproduzida pela reportagem, de que os tchecos sonhavam com a democracia e a liberdade, Olgária Matos aponta outras discussões que estariam no cerne da abertura. Para ela, Dubcek, que nem aparece no texto da matéria, teria tentado promover um processo de flexibilização política, mas acabou falhando por conta do aparelho burocrático e do monolitismo político. A questão tcheca estaria assim ligada a outros movimentos que ocorreram anteriormente na Hungria e na Polônia, que por sua vez remontam ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, quando Krushev tornou público diversos crimes de Stálin. Para Olgária, tanto o movimento de Praga quanto os anteriores ocorridos na Hungria e na Polônia foram, na verdade, uma crítica interna do marxismo e de suas práticas políticas, e não um desejo de capitalismo:

Não se deve esquecer que tais movimentos, embora marcados pelo nacionalismo, se dirigiam primordialmente contra o stalinismo e a burocracia dos partidos stalinistas em nome de uma ideologia “conselhistas”: a criação de conselhos operários (soviets), a volta a uma pesquisa teórica do marxismo despojado do dogmatismo e da ortodoxia da versão oficial que o esterilizam. Ao contrário do que a imprensa fez pensar, o movimento estudantil nos países socialistas não se opôs de nenhuma forma ao marxismo e não foi favorável ao liberalismo, forma disfarçada de volta ao capitalismo, mas significou uma crítica “à esquerda” do marxismo petrificado; discutiu ainda as condições de progressão do socialismo, o que era absolutamente impossível sob o regime dogmático das direções stalinistas (MATOS: 1981; 21).

Observa-se então que conflito de enquadramentos que se pretende dar a memória varia até mesmo quando se trata da literatura existente sobre determinado tema ou assunto. O que interessa ao presente trabalho é perceber que, assim como no caso do Maio francês, as raízes da Primavera de Praga em nenhum momento foi exposta ao público; o contexto no qual se desenvolveu foi deixado de lado em prol de histórias de personagens que viveram as dificuldades do regime e outras mais leves, sobre a transformação de Praga após o fim do regime. Trata-se, portanto, de um apagamento voluntário de reportagens que possuem um enfoque claramente histórico.

Vale também observar que as reportagens sobre a Primavera de Praga a tomam muito mais como ponto de partida para uma crítica dos regimes socialistas. Tanto que há uma matéria com a chamada “geração perdida” que sentiu todo o peso da repressão e outra que busca entender o peso de ser uma ex-república socialista, a integração no capitalismo. Talvez porque o legado de Praga é difícil de ser mensurado, posto que a

experiência do “socialismo com face humana” durou apenas alguns meses e foi completamente sufocada em seguida.

No caso alemão, que ganha apenas uma página no Globo e nenhuma referência na Folha, a correspondente Graça Magalhães-Ruether até apresenta um bom panorama histórico em comparação com o observado nas reportagens sobre os eventos de Paris e Praga. Ela localiza as revoltas estudantis na crise geracional entre aqueles que viveram as conseqüências do nazismo e a geração anterior, de seus pais, que assistiu, e em muitos casos apoiou, a ascensão de Hitler. Esse acerto de contas, somado a elementos catalisadores como a eleição de um chanceler federal ex-membro do partido nazista, teriam desencadeado o movimento.

Embora estes tenham sido elementos importantes, há outros que acabaram ficando de lado, esquecidos. No jornalismo, como em qualquer ato mnemônico, há sempre uma seleção dos fatos, daquilo que deve ser lembrado, e o presente trabalho busca exatamente descobrir possíveis dados que estejam esquecidos e que ajudem a construir um mosaico de informações mais completo, já que ele nunca será total.

Além de um conflito geracional, a Alemanha experimentou também o máximo da divisão provocada pela Guerra Fria, que foi a experiência vivida por Berlim: uma cidade dividida ao meio entre o modelo stalinista e a propaganda americana, entreposto ocidental no meio de uma área toda ocupada por regimes socialistas, que funcionava ao mesmo tempo como barreira para o avanço soviético sobre os outros países da Europa. Assim, Berlim Ocidental acabou se tornando o centro das ações que ocorreram no país. O próprio líder estudantil Rudi Dutschke tinha experimentado a divisão, já que era um refugiado do lado oriental.

Entre a saturação do *american way of life* e do autoritarismo stalinista, a fórmula para uma luta pela liberdade estava pronta, e seria tanto interna quanto externa. Berlim sediou um congresso sobre a Guerra do Vietnã, com direito a participação de 400 delegados franceses. Internamente, os conflitos eram muito fortes também, principalmente com organizações de extrema-direita ligadas ao grupo de comunicação *Springer*, que foi acusado inclusive de ter executado o atentado em abril de 1968 que quase matou Dutschke (MATOS: 1981; 18).

O que se observa nos dois cadernos é um enquadramento da memória, tal como apontado por Pollak, onde um fator integrante, no caso a liberação sexual, é tomado como a totalidade dos acontecimentos, sua força motriz, causa única e o seu maior símbolo. Em parte isso pode ser explicado pelos impactos causados até hoje pelas

conquistas conseguidas na década de 1960, assim como a atualidade das discussões sobre os direitos das minorias, que em pleno século XXI ainda enfrentam questionamentos conservadores e medidas autoritárias.

É importante diferenciar, no entanto, os dois cadernos analisados. Aquele publicado em *O Globo* é baseado na maior tradição do jornalismo, a reportagem. São elas que conduzem todo um processo de rememoração histórica dos eventos de Maio de 1968, o que de certa forma abre espaço para um enquadramento mais forte e explícito da memória. Utilizando-se de todas as ferramentas apontadas no capítulo 2, o jornalismo usa a sua credibilidade, construída em parte no próprio discurso dos fatos, para se tornar uma espécie de “historiador do presente”, recriando as tradições e remodelando-as de acordo com os seus interesses.

Já o caderno especial publicado pela *Folha de S. Paulo* concede, deliberadamente, menos espaço para a reportagem em prol de artigos, o que de certa forma aumenta a pluralidade de visões. Contudo, esta escolha não é neutra, também ela representa escolhas feitas pelo editor que considera determinado professor mais interessante para escrever sobre determinado tema. A forma que o caderno se organiza, compartimentando os acontecimentos por seções temáticas, também é uma maneira de enquadramento, pois é como se delimitasse os espaços de compreensão do leitor; aqui se fala de política, aqui se fala de sexo, aqui de comportamento e, no fim, de memória, como se esta não perpassasse todas elas.

Com tons bem diferentes, mas tendo em comum o elemento de enquadramento da memória, os dois cadernos mostram como ela é dinâmica, já que pode ser abordada de formas diferentes de acordo com cada veículo, sua linha editorial e o seu interesse em publicar determinado caderno especial. Da mesma maneira, quando se encontra discordâncias na própria literatura sobre o assunto, ou quando traços históricos são apagados de reportagens e outros são recuperados em artigos, é mais uma amostra do caráter conflituoso da memória; sempre envolvida em tensão exatamente por estar constantemente em disputa.

6. Conclusão

Na primeira parte desta monografia, procurou-se apresentar as diferentes linhas de interpretação da memória, desde aquela concebida por Maurice Halbwachs e que se tornou a obra de referência, até pensadores contemporâneos como Andreas Huyssen e Pierre Nora, que irão pensar para além da memória em si, as maneiras como ela é apropriada e utilizada e as implicações destes usos. Entre os dois pontos, é possível localizar os textos de Michael Pollak, responsável por apontar o caráter conflituoso da memória não abordado por Halbwachs por causa de sua tradição durkheimiana, que o fazia enxergar na tensão da disputa uma ameaça à unidade, vista então como necessária.

A este panorama teórico somou-se as considerações feitas por Ana Paula Goulart Ribeiro em seu artigo “Mídia e o lugar da história” (2003) e também as contribuições de Barbie Zelizer para compreender de que formas o jornalismo se apropria da memória e paralelamente legitima a sua posição como seu principal porta-voz. No desenvolvimento realizado, observou-se que é através de suas próprias práticas discursivas que os meios de comunicação, e no caso específico aqui analisado, a imprensa escrita, legitima o seu lugar de fala privilegiado como uma espécie de “testemunha” dos fatos, o que a tornaria também a mais capacitada para narrá-los.

Assim, ao entrar na análise dos cadernos especiais publicados em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo* em memória dos 40 anos de Maio de 1968, um caminho já estava desenhado pelos estudos acima citados. O que se observou durante o trabalho de desconstrução das lógicas de edição e análise dos conteúdos dos cadernos foi exatamente uma grande disputa em torno do legado de 1968. Ambas as publicações pareceram mais preocupadas em apresentar qual seria a herança 40 anos depois do que compreender a natureza do fenômeno propriamente dito.

Em *O Globo*, grande parte das reportagens que visavam dar um cunho mais histórico à cobertura apresentou lacunas importantes, especialmente em relação à ocultação da participação de determinados agentes e a importância de suas atuações durante os eventos, como maoístas, trotskistas e anarquistas, principalmente na França. Assim, os fatos são esvaziados de conteúdo político e há uma preferência pela reconstrução de uma memória festiva de Maio de 1968, o que fica claro quando no fim do caderno está uma reportagem sobre a “revolução que vingou”, a sexual. Sintomaticamente, não há também nenhuma lembrança ou referência aos eventos de 68

no Brasil, nem como contraponto nem apontando relações e influências, em um silêncio significativo.

Já na Folha, a preocupação em compreender as formas como 68 afeta o presente foi radicalizada de tal forma que a própria lembrança dos fatos ficou restrita a alguns poucos artigos. No entanto, quando recuperado, esta história contada foi bem mais completa e apresentou inclusive pensamentos opostos e novas interpretações. Ao contrário de seu concorrente, a cobertura da Folha, por se basear em artigos, abre mais espaço para a reflexão por parte de seus leitores. Embora também apresente respostas prontas e a própria escolha dos articulistas represente uma opção editorial e, portanto, ideológica, é possível observar uma maior pluralidade de visões.

Assim, o que esta monografia procurou foi mapear os pontos de contato entre jornalismo e memória e de que forma o primeiro age sobre o segundo. Posto que a memória é sempre reconstruída a partir do presente, trata-se de uma questão central compreender de que forma os meios de comunicação, que cada vez mais se auto-afirmam intérpretes da realidade, a atualizam, revitalizam, ocultam, reconstróem e a apresentam com uma forma pronta para o consumo.

7. Referências Bibliográficas

- COHN-BENDIT, Daniel. “A ampliação do campo do possível”. In: COHN, Sérgio; PIMENTA, Heyk (orgs.). *Maio de 68*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna-RJ, 2000.
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra – uma história da Europa desde 1945*. São Paulo: Editora Objetiva, 2005.
- MATTOS, Olgária C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de la Memoire*. Paris: Gallimard, Vol. 1, 1984.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro: 1992.
- _____. “Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro: 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro. *1968: A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Mídia e o lugar da história”. In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003.
- TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.
- ZAPPA, Regina e SOTO, Ernesto. *1968: Eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.